

ESTELAMARIS BRANT SCAREL
LUCIANO JULIO FIRMINO



**NORMAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE
TRABALHOS ACADÊMICOS E CIENTÍFICOS**

FACULDADE ARAGUAIA
GOIÂNIA / 2009

ESTELAMARIS BRANT SCAREL
LUCIANO JULIO FIRMINO

**NORMAS PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE
TRABALHOS ACADÊMICOS E CIENTÍFICOS**

Revisão e Ampliação feita por Estelamaris
Brant Scarel, de acordo com as normas da
ABNT e do Novo Acordo Ortográfico.

FACULDADE ARAGUAIA
GOIÂNIA / 2009

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
1. TRABALHOS ACADÊMICOS	07
1.1 Normas para Formatação de Trabalhos Acadêmicos	09
1.1.1 Formato	09
1.1.2 Margem	09
1.1.3 Espacejamento	09
1.1.4 Paginação	09
1.2 Estrutura de Trabalhos Acadêmicos	10
1.2.1 Modelo de Capa	11
1.2.2 Modelo de Folha de Rosto	12
1.2.3 Modelo de Sumário	13
1.2.4 Modelo de Apresentação das Referências Bibliográficas	14
2. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESQUEMAS E RESUMOS	15
2.1 Esquema	15
2.2 Resumo	19
2.3 Resenha	20
3. CARACTERÍSTICAS E ESTILO DA REDAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA	25
4. NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS	28
4.1 Normas para Apresentação de Citações	28
4.2 Normas para Apresentação de Notas de Rodapé	37
4.3 Normas para Apresentação de Referências Bibliográficas	39
4.4 Normas para Apresentação de Referências de Informações e Documentos Eletrônicos	44

5. ARTIGO CIENTÍFICO	47
5.1 Conceito	47
5.2 Tipos de Artigos	47
5.3 Estilo	48
5.4 Estrutura do Artigo	49
5.4.1 Título	50
5.4.2 Autor(es)	51
5.4.3 Resumo	51
5.4.4 Palavra-Chave/Descritores	52
5.4.5 Epígrafe	52
5.4.6 Introdução	52
5.4.7 Desenvolvimento	52
5.4.8 Conclusão	53
5.4.9 Referências Bibliográficas	53
5.4.10 Ilustrações	53
5.4.11 Observação	56
5.4.12 Modelo de Artigo	56
6. MONOGRAFIAS	69
6.1 Etapas Básicas para a Produção de Trabalhos Monográficos	69
6.2 Estrutura de Monografias	71
6.2.1 Modelo de Capa	72
6.2.2 Modelo de Folha de Rosto	73
6.2.3 Modelo de Folha de Avaliação	74
6.2.4 Modelo de Folha de Agradecimentos	75
6.2.5 Modelo de Sumário	76
6.2.6 Modelo de Folha de Resumo	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	78

APRESENTAÇÃO

Costuma-se dizer que o poeta nasce e o escritor-cientista – faz-se. Essa afirmação, a princípio, parece ser ingênua, mas tem-se que admitir que subjacente a ela reside um cunho de verdade. Que verdade seria essa?

O poeta, reconhece-se, possui uma peculiaridade que lhe é inerente, ou seja, saber ler a realidade/mundo pela trilha da imaginação e criatividade.

Em relação ao escritor científico, verifica-se que apenas tais características já não lhe são tão suficientes. Isso não significa que o produtor de ciência não tenha que possuí-las, pelo contrário, elas também devem fazer parte das competências concernentes ao sujeito construtor do conhecimento, senão como realizar o estado da arte nesse campo? Como estabelecer confrontos com determinados pressupostos que já não respondem mais aos anseios das sociedades? Ou melhor, como se espantar diante do velho e estabelecer rupturas com os “automatismos e ensejar o novo”, conforme ponderou Kateb¹?

Ao cientista, de maneira geral, exige-se, então, além das capacidades imaginativa e criativa, pré-requisitos que perpassam pelos fundamentos ético-morais, epistemológicos e técnicos relativos à produção de textos acadêmico-científicos. Isso leva a crer que não basta ao cientista criar, descobrir e expor suas ideias. Além disso, é preciso que ele saiba como colocá-las em evidência.

Todo trabalho científico antes de tudo deve obedecer aos preceitos ligados à ciência, pois a leitura do objeto de investigação deve ser comprovada por fundamentos teóricos. Marx² afirmou que se a realidade fosse fácil de ser revelada/compreendida não necessitaria a ciência. A ciência existe porque não se dá a conhecer facilmente.

Entretanto, além dos pressupostos teóricos, é necessário que o pesquisador atente para os *aspectos formais* dos textos acadêmico-científicos. Em outras palavras, trata-se de revesti-lo de *conteúdo e forma*.

Nesse sentido, a *forma* preceituada pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é que dá ao texto o toque de uniformidade e de beleza. Essa é a possibilidade trazida pela linguagem interdisciplinar. Portanto, ao produtor

¹ Kateb citado por LAFER, C. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

² MARX, Karl. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1, v. 1, 1986.

de conhecimentos, é preciso não apenas preocupar-se com o conteúdo, mas também com os aspectos exteriores ao texto, isto é, que dizem respeito à forma. *Conteúdo e forma* constituem-se, então, faces de uma mesma moeda.

Assim, este manual consiste em apresentar alguns requisitos necessários, e que dizem respeito à forma para a realização de trabalhos técnico-científicos. Espera-se que o leitor-pesquisador compreenda que, face à sociedade da informação, requer-se dele não somente o domínio dos conhecimentos gerais e específicos de sua área de atuação, mas, ainda, algumas habilidades mínimas quanto à *formalização* dos trabalhos acadêmico-científicos, a fim de que ele possa elaborar com competência/criatividade tanto pesquisas de cunho bibliográfico e/ou de campo, como também resenhas, ensaios curtos, artigos, memoriais, relatórios.

Entende-se que na sociedade atual, diante da grande produção de informações, frequentemente, *desordenadas, lacunares*, impõe-se ao sujeito do conhecimento a capacidade/competência para *reordená-las e reconstruí-las*. “A informação domina, o conhecimento liberta” (LIBÂNEO, 2003, p. 25). É por isso que se justifica a presente normatização. Em suma, conforme já se apontou, a produção de ciência exige tanto domínios de ordem cognitiva como, também, procedimentais.

1. TRABALHOS ACADÊMICOS

Trabalhos acadêmicos são exposições por escrito sobre temas atribuídos em disciplinas de cursos de graduação ou de pós-graduação nos diversos níveis.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), por meio da NBR 14724 (2002), conceitua os trabalhos acadêmicos do seguinte modo: são documentos que representam o resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da disciplina, módulo, estudo independente, curso, programa e outros ministrados. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador.

Sua estrutura compreende elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais.

A disposição desses elementos deve obedecer a seguinte ordem:

- a) **Elementos pré-textuais:** antecedem o texto com informações que ajudam na identificação e utilização do trabalho.
- Capa – elemento obrigatório para proteção externa do trabalho e sobre o qual se imprimem as informações indispensáveis à sua identificação, na seguinte ordem:
 - nome do autor;
 - título principal do trabalho: deve ser claro e preciso, identificando o seu conteúdo;
 - subtítulo, se houver;
 - instituição onde deve ser apresentado;
 - nome do curso;
 - local (cidade) e ano de depósito (da entrega).
- Folha de rosto – elemento obrigatório, que contém os dados essenciais à identificação do trabalho e deve estar de acordo com o anverso da folha de rosto. Os elementos devem figurar na seguinte ordem:
 - nome do autor: responsável intelectual pelo trabalho;
 - título principal do trabalho;

- subtítulo: se houver deve ser evidenciada a sua subordinação ao título principal, precedido de dois pontos (:);
 - natureza e objetivo (aprovação em disciplina e outros), nome da instituição a que é submetido, título e nome do orientador;
 - instituição onde deve ser apresentado;
 - nome do curso;
 - local (cidade) e ano de depósito (da entrega).
- Sumário – elemento condicionado à natureza e extensão do trabalho. Consiste na enumeração das principais divisões, seções e outras partes do trabalho, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede, acompanhado do respectivo número da página.
- b) **Elementos Textuais:** parte do trabalho obrigatória em que é exposta a matéria. Deve ter três partes fundamentais: introdução, desenvolvimento e conclusão.
- Introdução – parte inicial do texto, onde devem constar a delimitação do assunto tratado, objetivos da pesquisa e outros elementos necessários para situar o tema do trabalho.
 - Desenvolvimento – parte principal do texto, que contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto. Divide-se em seções e subseções, que variam em função da abordagem do tema e do método.
 - Conclusão – parte final do texto, na qual se apresentam conclusões correspondentes aos objetivos ou hipóteses.
- c) **Elementos pós-textuais:** complementam o trabalho.
- Referências – elemento obrigatório, que consiste em um conjunto padronizado de elementos descritivos retirados de um documento, que permite sua identificação individual, conforme NBR 6023 (2002), mesmo mencionados em nota de rodapé.

- Anexos – elemento opcional, que consiste em um texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração. Os anexos são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos.

1.1 Normas para Formatação de Trabalhos Acadêmicos

1.1.1 Formato

- Os textos devem ser apresentados em papel branco, formato A4 (21,0 cm x 29,7 cm), digitados ou datilografados no anverso da folha, exceto a folha de rosto.
- Fonte: tamanho 12 para texto.
- Fonte: tamanho 11 para citações longas.
- Fonte: tamanho 10 para notas de rodapé.

1.1.2 Margem

- As folhas devem apresentar margem esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm.

1.1.3 Espacejamento

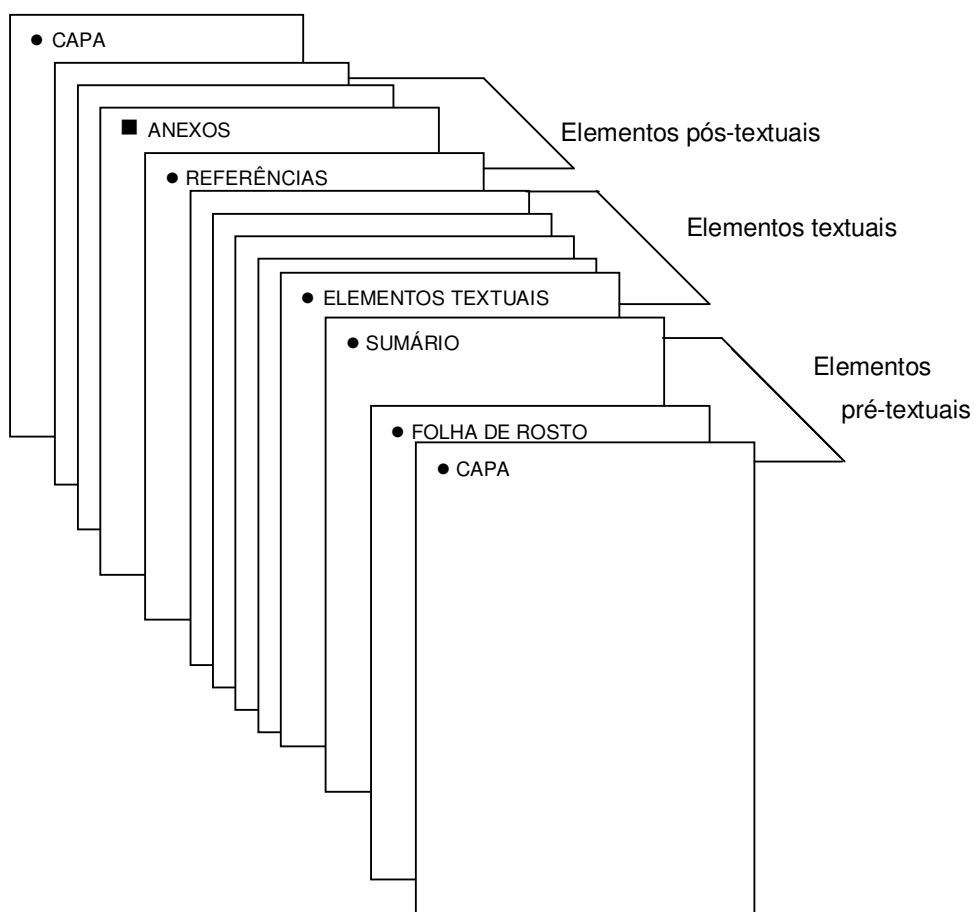
- Todo texto deve ser digitado, ou datilografado, com espaço 1,5 de entrelinhas.
- As citações longas, as notas e os resumos devem ser digitados ou datilografados em espaço simples.
- As referências bibliográficas devem ser digitadas ou datilografadas em espaço 1,5 de entrelinhas.

1.1.4 Paginação

- Todas as folhas do trabalho, a partir da folha de rosto, devem ser contadas sequencialmente, mas não numeradas.

→ A numeração é colocada, a partir da primeira folha da parte textual, em algarismos arábicos, no canto superior direito da folha, a 2 cm da borda superior, ficando o último algarismo a 2 cm da borda direita da folha.

1.2 Estrutura de Trabalhos Acadêmicos



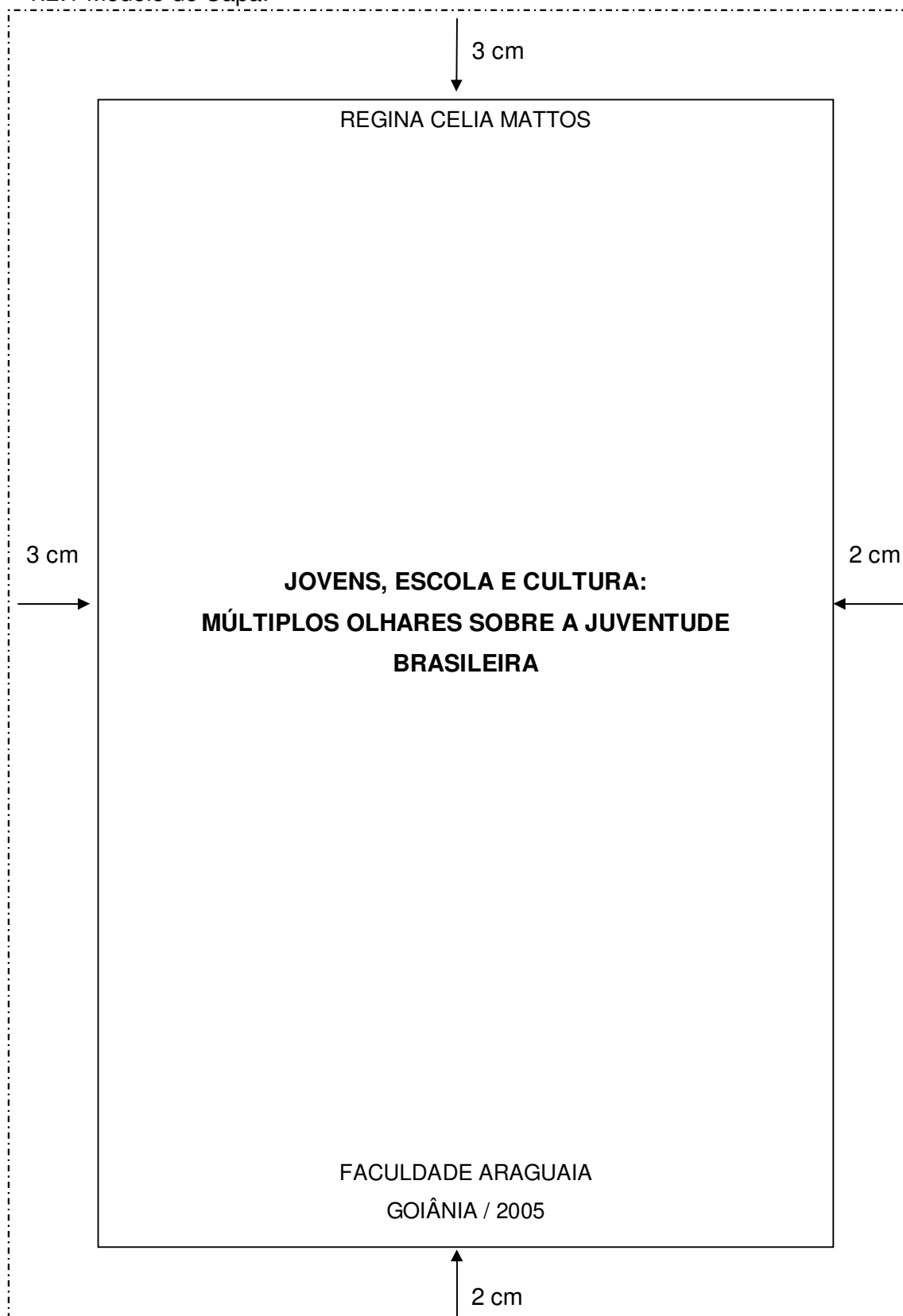
□ - Elemento opcional

■ - Elemento condicionado à necessidade

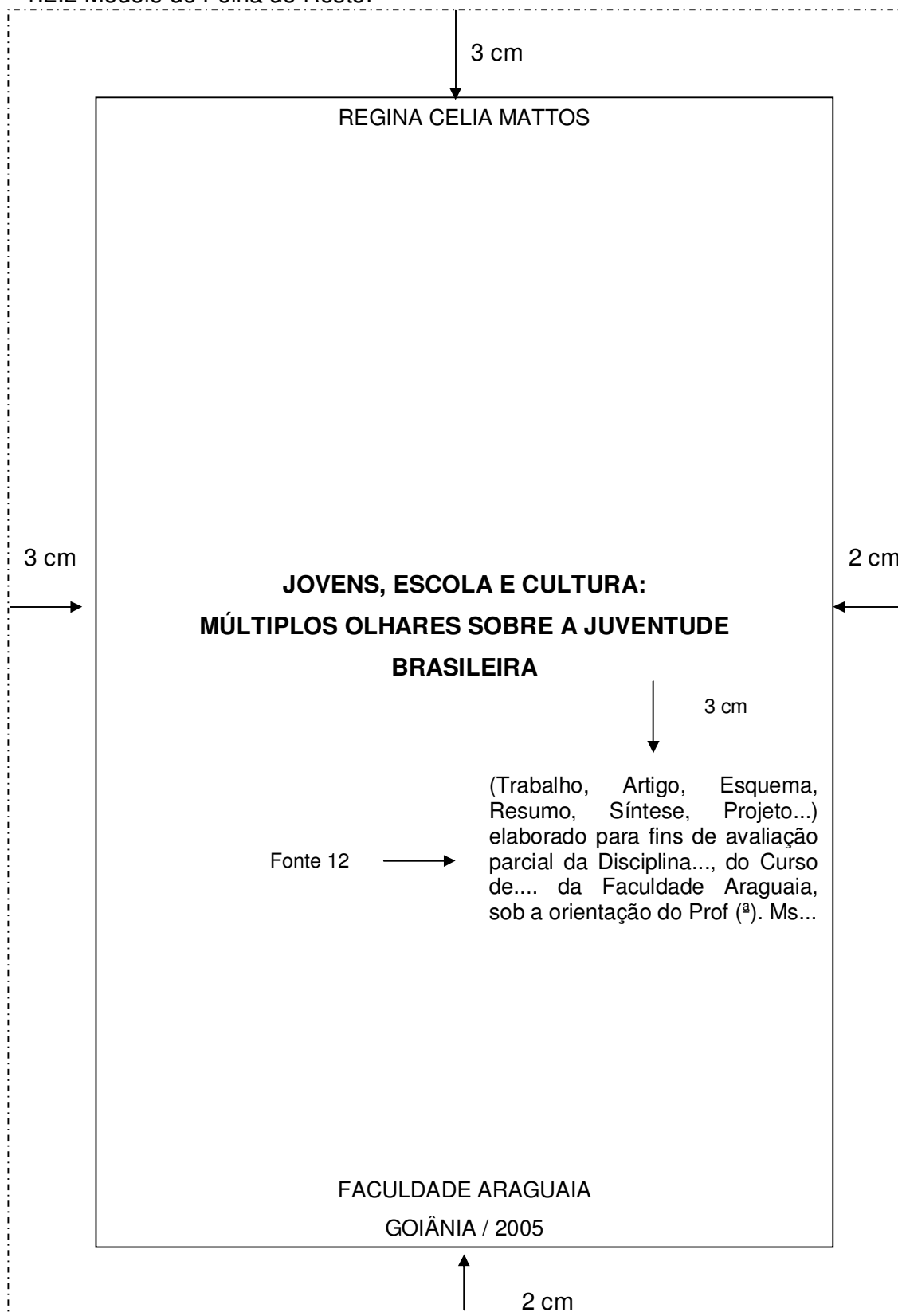
● - Elemento obrigatório

(Universidade Federal do Paraná – Normas para apresentação de trabalhos monográficos)

1.2.1 Modelo de Capa:



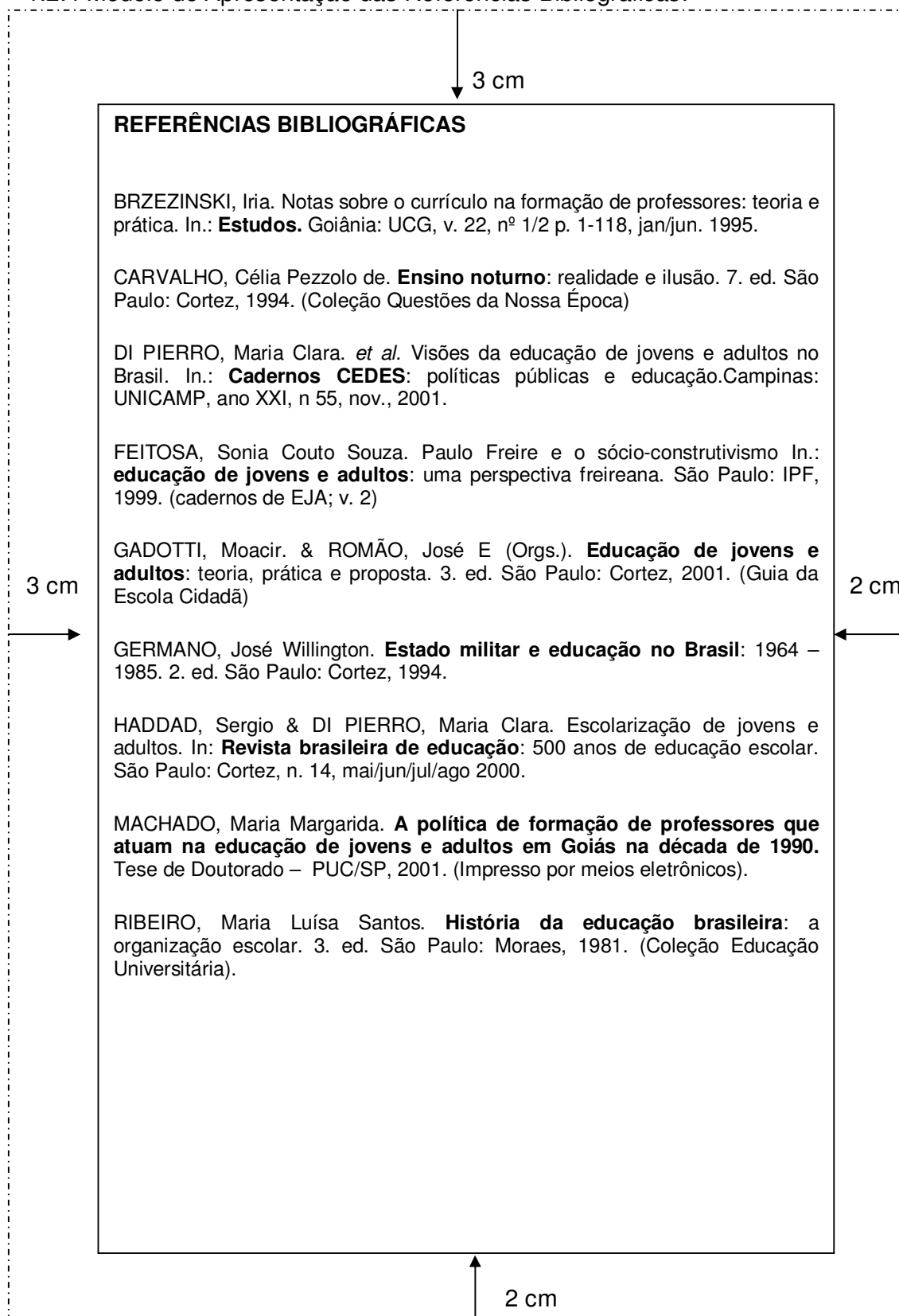
1.2.2 Modelo de Folha de Rosto:



1.2.3 Modelo Sumário:

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	04
CAPÍTULO 1	
MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE A JUVENTUDE NO BRASIL	06
CAPÍTULO 2	
O CONCEITO DE JUVENTUDE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL	10
CAPÍTULO 3	
JUVENTUDE E ESCOLA: LIMITES E POSSIBILIDADES	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18

1.2.4 Modelo de Apresentação das Referências Bibliográficas:



2. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE ESQUEMAS E RESUMOS

2.1 Esquema

É o plano inicial de *decomposição (análise textual)* das ideias centrais de uma unidade de leitura, ou seja, um texto, um capítulo, uma seção e/ou qualquer outra unidade delimitada pelo leitor. Trata-se do primeiro processo de leitura, por meio do *exame sistemático e hierárquico* de determinado conteúdo, para se compreender a sua mensagem central (*análise temática*).

Assim, é a análise que possibilita ao leitor o conhecimento das partes de um conjunto de ideias para que ele possa atingir o todo, isto é, ser capaz de expor o plano do autor (análise interpretativa) para, mediante a sua própria reflexão, reelaborá-lo (síntese), estando apto, então, a fazer o julgamento (crítica) do seu objeto de investigação.

Como se pode observar, a *análise textual (esquema)* é uma fase essencial para o trabalho de leitura e interpretação, porque é ela que permitirá ao leitor obter o conhecimento dos componentes de um conjunto de ideias mais precisas para que ele passe ao entendimento da ideia-chave geral.

Crê-se que é tão grave generalizar sem conhecer as partes quanto particularizar sem apreender o todo. Dessa forma, a *análise (decomposição)*, apesar de ser o contrário da *síntese (composição)*, caminha junto com ela, pois a complementa. “Se só se usa a análise há o perigo de se perder a visão de conjunto. Se só se emprega a síntese, pode-se alcançar o nível de interpretação arbitrária” (HÜHNE, 2002, p. 18). Daí não se poder prescindir nem da primeira tampouco da segunda.

2.1.1 Apresentação do Esquema

A forma de se apresentar um esquema é bastante pessoal, pois cada leitor tem a sua maneira própria de visualizar o conteúdo alvo de análise. Por isso, ele pode valer-se, ao elaborar o seu esquema, de: símbolos, gráficos, abreviaturas,

desenhos, chaves, letras maiúsculas e minúsculas, flechas, dentre outros. O exemplo que se segue, fundamentado no texto de Luft (2008), apóia-se em chaves e setas:

TRÊS DESTINOS FEMININOS

Lia Luft

Ayaan Hirsi Ali, uma jovem política e escritora somaliana, naturalizada holandesa e residente nos Estados Unidos, disse numa palestra que “as verdadeiras fronteiras são as do pensamento”. Referia-se a toda sorte de discriminação e preconceito que tanta violência e desgraça geram. Vitimada desde criança por um fanatismo brutal, destinada a casar com um homem que não conhecia, conseguiu fugir e acabou uma figura admirada no mundo inteiro. Jurada de morte por certos grupos muçulmanos em seu país de origem, ela só pode circular com forte segurança.

Olhei aquela quase-menina tranquila, mas de olhar profundo e muito atento. Pensei no quanto. Por qualquer bobagem, nos fazemos de vítimas, enquanto aquela jovem não apenas sobrevive, mas age e se afirma: sem desejo de vingança e sem o detestável espírito de mártir, que produz o ressentimento mais maligno.

• • •

Acabo de emprestar minha voz para o documentário sobre outro fato espantoso, o das Noivas do Cordeiro. Um vilarejo com esse nome, perto de Belo Horizonte, é habitado por algumas famílias – mais mulheres, pois os homens têm de buscar fora o sustento de seus filhos e só vão para casa nos fins de semana. Elas vivem ainda hoje isoladas e discriminadas de uma forma cruel. Por serem bandidas? Não. Uma antepassada delas foi excomungada pela Igreja há mais de 100 anos, por haver tentado ser um pouco feliz com seu novo companheiro. Como era casada, foi execrada pelos fariseus de plantão. A maldição atingiria quatro gerações de seus descendentes.

Tiveram muitas filhas que geraram muitos filhos, com os rapazes que ousaram delas se aproximar. Fundaram uma comunidade singular em tudo: pela duração desse isolamento e pela dimensão de sua luta para provar que são dignas de respeito e afeto. São mulheres de idade ou bem jovens, saudáveis, cara limpa, sorriso aberto, numa fraternidade e cumplicidade comoventes. Ali tudo é de todos, todas se ajudam, todas suportam juntas o isolamento e as calúnias. “Cuidado, lá vêm elas!”, comenta-se quando chegam a outro povoado ou à capital para alguma compra necessária. Tudo lhes é dificultado: escola,

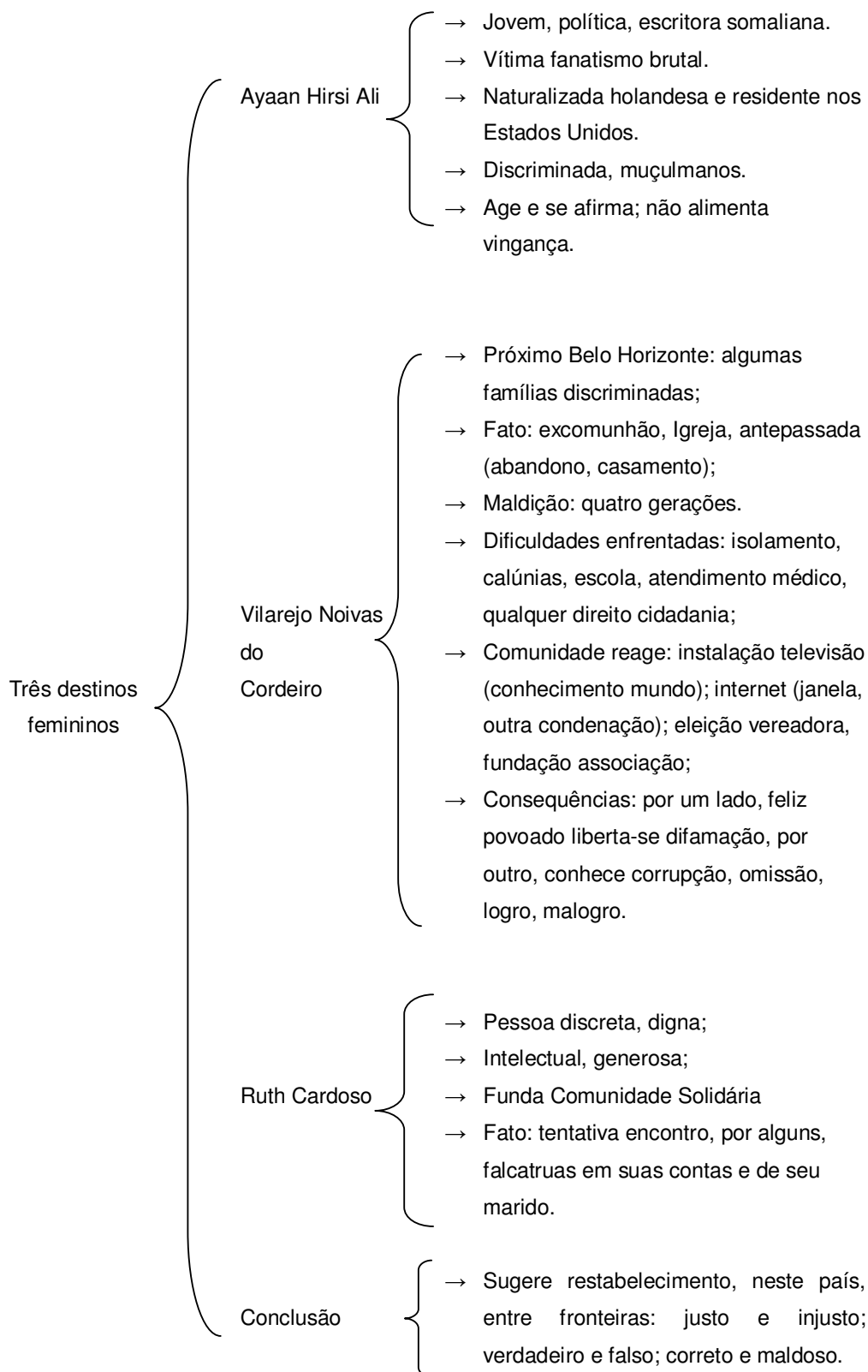
atendimento médico e qualquer direito de cidadania. Os rapazes que com elas se relacionam, quando vão à cidade, são atormentados com insultos do tipo: "Como se atreve a deixar sua mulher? Todo mundo sabe que elas não prestam. Meu amigo outro dia esteve lá, e foi uma farra".

Nos depoimentos, algumas choraram relatando a dureza dessa situação. Que talvez esteja acabando, pois, com muito trabalho e o desejo de progredir, elas conseguiram instalar televisão e começaram a conhecer o mundo. Botaram também a internet, outra janela para fora de sua condenação. Finalmente, elegeram uma vereadora, fundaram uma associação e, após quatro gerações, talvez possam ser olhadas com o respeito que merecem mais do que tantas pessoas daqui de fora. O que vão ganhar na realidade, para além dos limites de seu delicioso e feliz povoado? Tenho minhas dúvidas sobre as vantagens todas: vão conhecer corrupção e omissão, logro e malogro, frivolidade, violência e competição desleal. Imagino que seja inevitável libertarem-se da difamação e serem integradas ao mundo. Mas quem sabe seria melhor botar o país inteiro dentro daquele vilarejo, vivendo de maneira simples, limpa, fraterna e feliz.

• • •

Não posso encerrar sem mencionar Ruth Cardoso. Uma das pessoas mais discretas e dignas entre nós. Intelectual respeitada e generosa cuidadora dos desvalidos, que fundou o Comunidade Solidária, verdadeiro berço de iniciativas como o Bolsa Família, apenas com outros contornos – amparar, mas preparando para que os favorecidos logo possam ganhar seu sustento. Pois essa verdadeira dama, em seus últimos meses, com a saúde frágil, foi achacada por quem pretendia (talvez ainda pretenda) expor suas contas e de seu marido, procurando ali algumas das tão comuns falcatruas atuais. Nesse país, a fronteira entre justo e injusto, verdadeiro e falso, correto e maldoso precisa se urgentemente restabelecida.

Modelo de Esquema:



2.2 Resumo

O resumo (composição), cujas normas são definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT na NBR 6028 (2003), consiste na condensação de um texto mantendo suas ideias fundamentais. Nesse sentido, o leitor deve manter-se fiel às ideias do autor. Isso não significa que ele irá tão somente transcrevê-las, pelo contrário, ele precisa, com as palavras do seu próprio vocabulário, expressar a mensagem transmitida pelo autor. Em suma, trata-se de expor, em geral em um único bloco, as ideias principais contidas no texto. Observe a ficha de resumo, a seguir, elaborada com base no esquema realizado a partir do texto de Luft (2008):

LUFT, Lia. Três destinos femininos. In: **Revista veja**. São Paulo: Abril, ano 41, n. 27, 9 de jul., 2008. p. 22.

Trata-se de três histórias diferentes, mas que se relacionam pelos fatores que a geraram: injustiça, falsidade, discriminação, violência. Pela ordem, expõe a situação de discriminação sofrida por uma jovem política escritora somaliana, Ayaan Hirsi Ali, hoje naturalizada holandesa e radicada nos Estados Unidos, a qual, apesar disso, não se faz de vítima, de mártir, tampouco se vinga. Descreve a história de um vilarejo próximo a Belo Horizonte habitado por algumas famílias que foram discriminadas a partir da excomunhão, há cem anos, pela Igreja de uma mulher que abandonara seu marido. A maldição que já atinge quatro gerações trouxe muitas dificuldades ao povoado: isolamento, calúnias, escola, atendimento médico e ou qualquer direito inerente ao cidadão. Apesar disso, a comunidade tem conseguido instalar televisão (acesso ao mundo), também, a internet (espaço para sua condenação) e, ainda, elege vereadora e funda associação. Na perspectiva da autora, esse povoado feliz, por um lado, pode libertar-se da difamação, mas, por outro, conhecer a *corrupção, omissão, o logro, malogro*. Por fim, apresenta algumas qualidades de Ruth Cardoso: discricção, dignidade, generosidade e, ainda, afirma que essa intelectual fundou o Comunidade Solidária. Como os exemplos anteriores, ela e seu marido sofreram o dissabor de terem suas contas expostas. Conclui sugerindo o restabelecimento, neste país, das *fronteiras* entre *justo e injusto, verdadeiro e falso, correto e maldoso*.

2.3 Resenha

De acordo com a NBR 6028 (2003) da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a resenha é um resumo crítico. Nesse sentido, ela admite julgamentos, avaliações, conexões com outros autores e comentários pessoais. Por isso, o leitor não deve pretender criticar sem antes fazer um estudo minucioso da matéria que será objeto de recensão.

2.3.1 Estrutura da Resenha

- Referência Bibliográfica: autor (es), título da obra, edição, local de publicação, editora, ano da obra, número de páginas.
- Credenciais da Autoria: apresentação sucinta do autor (a) ou autores, destacando-se o seu currículo profissional, publicação e formação acadêmica.
- Conhecimento da Obra: resumo do conteúdo objeto de análise.
- Conclusões do Autor (a) ou Autores: apresentar os resultados atingidos pelo autor (a) ou autores da obra ou texto da resenha.
- Quadro de Referência do Autor (a) ou Autores: esclarece qual é a teoria que sustentou as suas ideias.
- Apreciação Crítica do Texto ou Obra Objeto da Resenha: o estilo do (da) autor (a) ou autores é conciso, objetivo, simples? As ideias são claras coerentes, originais? A forma é lógica, sistematizada? Em qual escola ou corrente científica o (a) autor (a) ou autores está filiado (a) ou filiados (em caso de mais de um autor).
- Indicações do Resenhista: apontar à que tipo de público a leitura da obra é destinada (especialistas, estudantes, técnicos, professores, ou ao público em geral).

2.3.2 Modelo de Resenha:

A Ilusão Pedagógica*

Walderês Nunes Loureiro

Credenciais da autoria

O livro *A ilusão pedagógica 1930 – 1945: estado, sociedade e educação em Goiás* foi escrito como dissertação de mestrado e teve como objetivo o estudo da política educacional elaborada e implantada em Goiás no período de 1930 a 1945 denominado, na História do Brasil, de Era Vargas, período que, por analogia, poderíamos chamar, na História de Goiás, de Era Ludovico, uma vez que, enquanto Getúlio Vargas governava o Brasil, Pedro Ludovico governava Goiás.

Resumo da obra

O livro é composto de três capítulos. O primeiro resgata a conjuntura que engendrou o movimento denominado Revolução de 30 tanto nos planos nacional como estadual. Nesse resgate, procura destacar a educação como forma de consolidar as mudanças que estavam sendo implantadas que estavam sendo implantadas pelas forças que assumiam o poder, no sentido de reorganizar a sociedade para viabilizar a nova forma de acumulação capitalista. O segundo capítulo estuda especificamente a política educacional implantada em Goiás no período de 1930 a 1937. O terceiro trata da política educacional do governo goiano no período do Estado Novo, ou seja, de 1937 a 1945. Destaca-se, nesse período, a inserção de Goiás no desenvolvimento do capitalismo brasileiro como produtor de alimentos. A explicitação desse papel também se expressa na política nacional de incentivo à educação rural em Goiás.

Análise

Na elaboração desse trabalho, a autora utilizou, além do conhecimento já produzido sobre esse momento histórico, os documentos oficiais, jornais e revistas do período de 1930 a 1945. Como se trata de um período histórico recente, a autora não prescindiu de depoimentos de autores que vivenciaram e construíram essa parte da história goiana. Na verdade, ao consultar essas diferentes fontes, ela buscou remontar esse período da história da educação em Goiás por meio de diferentes narrativas que se completam: a dos documentos oficiais, a da imprensa e a dos atores/autores.

O conhecimento produzido na área de história da educação brasileira, segundo Miriam J. Warde (1984), em *Anotações para uma historiografia da educação brasileira*, centra-se mais no período republicano e nesses estudos: 1930 é considerado um marco histórico da educação no período. A obra de Maria de Araújo enquadra-se nessa maioria. É uma história da educação que circunscreve a educação à escola, não sendo objetivo da autora discutir essa delimitação.

* Resenha apresentada à Revista Educativa, do Departamento de Educação da Universidade Católica de Goiás, volume 3, ano 2000.

Por longo tempo, os livros de história da educação brasileira se caracterizam pelo acompanhamento evolutivo da educação, tendência que, no entanto, vem decrescendo desde a segunda metade da década de 1970. A partir de então, começam a surgir trabalhos em história da educação em torno de temas, de períodos curtos e delimitados dentre os quais situa-se o da autora.

A história da educação no Brasil, segundo José Honório Rodrigues (1969, p. 197), “ainda não foi escrita. Os estudos publicados sobre a evolução geral do ensino em seus vários graus carecem de pesquisa, desconhecem as fontes e repetem-se na compilação dos sumariados”.

Apesar de feita em 1969, trata-se de afirmação com a qual ainda hoje somos obrigados a concordar, mesmo diante de algumas exceções. A falta de uso de fontes primárias, essa tendência de caminhar somente sobre a historiografia já produzida, não resulta em novas investigações históricas. Livros como o de Fernando de Azevedo, por exemplo, tornam-se fontes “primárias” para grande parte dos historiadores da educação. E como os fatos não falam por si, as interpretações, as leituras e seleções dos fatos históricos, feitas por esses autores, tornam-se “verdades” que vão sendo difundidas ao longo do tempo. Exemplo disso é que alguns enganos cometidos em leituras de documentos ou legislação educacional perpetuam-se em inúmeras obras de História da Educação. Não é o caso desse livro: nesse sentido, a obra de Maria de Araújo destoa do conjunto. O seu estudo tem como fontes fundamentais as primárias, enriquecendo com novos fatos históricos o já escrito sobre a temática no período.

Outro aspecto a ressaltar é o caráter idealista e a fragilidade teórico-metodológica existentes em grande parte das obras de história da educação. Sobre isso, Evaldo Amaro Vieira (1982) diz: “É imprescindível evitar dogmatismos e profissão de fé, assim como é importante criticar a mera descrição e a simples colcha de retalhos metodológica sem qualquer coerência”. Esse livro também foge a essa regra: tem consistência teórico-metodológica, o seu objeto de trabalho é que conduz os seus caminhos e descobertas. Nas palavras da própria autora,

[...] para interpretação e reconstrução histórica da política educacional do governo entre 1930 e 1945, partimos da idéia de que não poderíamos nos ater a procedimentos que buscassem sua mera constatação ou identificação. Por isso não partimos de um quadro teórico traçado a priori para, a partir dele, organizar, compreender e explicar esta política. Ao contrário, procuramos investiga-la enquanto fato histórico determinado, não suscetível, portanto, a modificações impostas pela pesquisa. Procuramos ir construindo o movimento histórico desta política, e, simultaneamente nossas explicações no decorrer do processo de investigação realizado (Nepomuceno, 1994)*.

* As aspas que abrem e fecham as citações longas desta resenha mantêm fidelidade à publicação original.

Considero estudos regionais, como o da autora, imprescindíveis para montar e remontar a história do Brasil. Como escrever uma história da educação brasileira sem os estudos regionais de história da educação? Como escrever uma história geral da educação brasileira sem a elaboração de estudos monográficos sobre diferentes temas em diferentes períodos? Esses estudos gerais terminam sendo a história da educação pesquisada em alguns lugares, principalmente em São Paulo, sendo generalizada para o Brasil. Ou então são estudos que se pesquisam as ações do Estado somente por meio de documentos oficiais, no sentido restrito da política educacional, ou melhor, da legislação elaborada pelo governo federal, denominado esses estudos de História da Educação Brasileira. Acredito que o processo de construção de uma historiografia da educação brasileira só poderá ocorrer com múltiplos e heterogêneos estudos regionais e monográficos. Só a articulação desses específicos (região, época, setor) irá permitir a percepção da coexistência de ritmos conjunturais distintos, não como desequilíbrios, mas como um particular que apresenta as suas especificidades ao mesmo tempo em que faz parte de uma totalidade. Mas totalidade impossível de ser conhecida sem o conhecimento do particular.

A tese oficial da autora é a de que o Movimento de 30 abriu oportunidade para um novo padrão de acumulação capitalista no Brasil e, nesse contexto, ganhou expressivo significado a ideia de reconstrução social pela reconstrução educacional, “a compreensão da educação como instrumento simultâneo de correção das iniquidades sociais e de construção de uma sociedade democrática.” Segundo a autora, essa interpretação “reconhece as desigualdades sociais, mas, por outro lado, explica e justifica essas mesmas desigualdades como decorrentes das diferenças individuais.” Se os indivíduos “se esforçassem, poderiam se igualar de fato, pela ação equalizadora da escola pública, universal e gratuita.” Essa é a ilusão pedagógica de que nos fala a autora e que serve de inspiração para o título do livro. Ilusão essa construída não no Movimento de 30 no Brasil, mas no século XVIII, na França, pela burguesia, que defendia o ideal de liberdade e igualdade. A educação aparece nessa perspectiva iluminista como um instrumento das elites para equalização e emancipação do povo mediante o seu preparo como mão-de-obra eficiente para o capital.

Para os trabalhadores, migrantes, moradores das periferias, o sonho do acesso à escola tem o mesmo significado da “ilusão pedagógica” das classes dominantes?

Para o trabalhador, essa ilusão pode ser também um projeto de superação, que o impele por lutar por um direito, uma vez que descobre ser a ausência de escolaridade fator de discriminação social. Além do que, o saber escolar é também uma necessidade de sobrevivência do trabalhador que mora nas periferias urbanas. Precisamos, portanto, olhar a luta dos trabalhadores por escola sob um prisma diferente do das políticas educacionais governamentais, que nos leva a interpretá-las como expressão dos interesses ilusórios de

ascensão social. Nesse sentido, gostaria de transcrever trecho de Marília Spósito, com o qual concordo plenamente:

“ao buscar a escola como meio de conquistar a melhoria de vida, o trabalhador, a dona-de-casa, o jovem – os migrantes e seus filhos – têm a ilusão de que o acesso ao estudo resolverá o problema de sua condição subalterna na sociedade, ou ao menos poderá mitigá-la. Seria a ilusão um erro?” (Spósito, 1993, p. 372).

A autora continua o raciocínio dizendo que ilusão um é sonho, é um ponto de partida e, nesse sentido ela é fecunda, porque impulsiona para a luta. Enquanto ilusão pedagógica para a classe dominante significa uma forma de não transparecer a exploração e a dominação, para o trabalhador essa mesma ilusão pode significar um incentivo para lutar e resistir ao domínio e exploração.

O livro de Maria de Araújo, além de nos apresentar um estudo importante e necessário sobre a política educacional do período de 1930 a 1945, nos instiga a seguir investigando outros caminhos da educação em Goiás.

3. CARACTERÍSTICAS E ESTILO DA REDAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA³

A redação de trabalhos acadêmicos apresenta características e estilo próprios, o que os tornam diferentes de outros tipos de textos, como, por exemplo, os jornalísticos, literários e publicitários. Para a sua produção devem ser observados os princípios básicos para a redação de documentos técnico-científicos, os quais são apresentados a seguir:

3.1 Objetividade

Na linguagem científica, os assuntos precisam ser tratados de maneira direta e simples, com lógica e continuidade no desenvolvimento das ideias, cuja sequência não deve ser desviada com considerações irrelevantes. A explanação deve se apoiar em dados e provas e não em opiniões sem confirmação.

3.2 Clareza

Uma redação é clara quando as ideias são expressas sem ambiguidade para não originar interpretações diversas da que se quer dar. É importante o uso de vocabulário adequado e de frases curtas, sem verbosidade, tendo-se como objetivo facilitar a leitura e prender a atenção do leitor. Os problemas e hipóteses devem ser formulados com propriedade, evitando-se expressões com duplo sentido, palavras supérfluas, repetições e detalhes prolixos que dificultam o entendimento do assunto.

3.3 Precisão

Cada expressão empregada deve traduzir com exatidão o que se quer transmitir, em especial no que diz respeito a registros de observações, medições e análises efetuadas. Indicar como, quando e onde os dados foram obtidos, especificando-se as limitações do trabalho e a origem das teorias. Deve-se utilizar a nomenclatura técnica apropriada, empregando-a sempre da mesma forma em todo o texto e de acordo com a sua aceitação no meio científico. Evitar adjetivos que não indiquem claramente a proporção dos objetos mencionados, tais como *médio*, *grande*, *pequeno*. Evitar também expressões como *quase todos*, *nem todos*, *muito*

³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, **Normas para apresentação de documentos científicos**, 8: redação e editoração. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

deles, sendo melhor indicar *cerca de 60%* ou mais precisamente, *63%*, *85%*. Não empregar advérbios que não explicitem exatamente o tempo, modo ou lugar, tais como: *aproximadamente*, *antigamente*, *recentemente*, *lentamente*, *algures*, *alhures*, nem expressões como *provavelmente*, *possivelmente*, *talvez*, que deixam margem a dúvidas sobre a lógica da argumentação ou clareza das hipóteses.

3.4 Imparcialidade

Evitar ideias pré-concebidas, não superestimando a importância do trabalho, nem subestimando outros que pareçam contraditórios.

3.5 Coerência

Deve-se manter uma sequência lógica e ordenada na apresentação das ideias. Um trabalho, em geral, divide-se em capítulos, seções e subseções, sempre de forma equilibrada e coesa. Na formulação de títulos para itens não usar ora substantivos para uns, ora frases ou verbos para outros.

3.6 Conjugação Verbal

Recomenda-se a expressão impessoal, evitando-se o uso da primeira pessoa, tanto do plural como do singular. Igualmente, não deve ser adotada a forma **o autor** ou **o escritor** em expressões como: *o autor descreve* ou *o autor conclui que*.

Exemplo:

...procurou-se mensurar a reação da planta...
...na obtenção destes dados, procedeu-se segundo critério...

Os dados referentes aos resultados de observações e experiências devem ser expressos em formas verbais indicativas de passado (forma narrativa).

Exemplo:

...foram coletadas amostras de solo na área...

Generalidades, verdades imutáveis, fatos e situações estáveis exigem formas verbais indicativas de seu valor constante.

Exemplo:

...o ácido sulfídrico é empregado na análise qualitativa do segundo grupo.

3.7 Números, Símbolos e Unidades de Medida

A forma de apresentação dos números, símbolos e unidades de medida deve ser coerente e padronizada em todo o trabalho, obedecendo às seguintes normas:

- b) preferir sempre o uso de algarismos para maior uniformidade e precisão nos textos científicos, como, por exemplo: “Os 21 filmes obtidos na calandragem foram prensados em 2 tamanhos, resultando em placas com dimensões 10 x 20 x 0,2 e...”;
- c) escrever por extenso números expressos em uma só palavra, apenas quando não for atribuída precisão ao enunciado, como: “...e foram analisadas cerca de duzentas amostras...”;
- d) expressar em números e palavras as unidades acima de mil (2,5 milhões);
- e) evitar frases iniciando com números, mas se for imprescindível, escrevê-los por extenso;
- f) escrever por extenso as unidades padronizadas de pesos e medidas, quando enunciadas isoladamente como metro, milímetros, grama;
- g) deixar um espaço entre os símbolos, quando um ou mais são combinados (15° 10' 25”).

3.8 Abreviaturas e Siglas

Apenas abreviaturas essenciais deverão ser usadas. Quando mencionadas pela primeira vez no texto, escrever sempre por extenso, indicando entre parênteses a forma abreviada. Não adicionar a letra “s” a uma abreviatura, significando plural e não colocar ponto após as abreviaturas de unidades padronizadas. Evitar o uso de *etc.* ao fim de enumeração, pois não acrescenta outra informação senão a de que está incompleta. Abreviaturas e siglas devem ser apresentadas em listas, com seu enunciado por extenso, antes do texto.

4. NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

4.1 Normas para Apresentação de Citações⁴

Citação é a menção no texto de informação extraída de outra fonte para esclarecer, ilustrar ou sustentar o assunto apresentado.

Devem ser evitadas citações referentes a assuntos amplamente divulgados, rotineiros ou de domínio público, bem como aqueles provenientes de publicações de natureza didática, que reproduzem de forma resumida os documentos originais, tais como apostilas e anotações de aula.

As citações são diretas (transcrição literal de um texto ou parte dele) ou indiretas (redigidas pelo autor do trabalho com base em ideias de outros autores) e podem ser obtidas de documentos ou de canais informais (palestras, debates, conferências, entrevistas, entre outros). As fontes das quais foram extraídas as citações são indicadas no texto pelo sistema autor-data ou pelo sistema numérico, também denominado citação-nota.

4.1.1 Citação direta

Citação direta é a transcrição literal de um texto ou de parte dele conservando a grafia, a pontuação, o uso de maiúsculas e o idioma originais. É usada somente quando um pensamento significativo é particularmente bem expresso, ou quando é absolutamente necessário e essencial transcrever as palavras de um autor.

Na citação direta podem ser adotados tanto sistema autor-data como o sistema numérico.

- Citação com até três linhas

A citação com até três linhas, ou citação curta, é transcrita entre aspas, com o mesmo tipo e tamanho da letra utilizados no parágrafo do texto no qual será inserida.

⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, **Normas para apresentação de documentos científicos**, 7: citações e notas de rodapé. Curitiba: UFPR, 2000.

O uso das aspas delimita a citação direta. Caso o texto citado já contenha sinal de pontuação encerrando a frase, as aspas finais são colocadas após este sinal; caso contrário, as aspas delimitam o final da citação.

- no sistema autor data:

O livro de Simonsen vem pois preencher diversas lacunas, políticas e acadêmicas. O livro destacará, segundo seu autor, a era colonial, por “[...] ter sido na era colonial que se formou a trama social asseguradora da estrutura unitária do país, buscando clarificar os fatores externos que influenciaram o nosso período embrionário” (SIMONSEN, 1978, p.10).

- no sistema numérico:

“A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.”¹

- Citação com mais de três linhas

A citação direta com mais de três linhas, ou citação longa, deve ser destacada com recuo de 4 cm da margem esquerda, é transcrita em parágrafo distinto. Inicia na margem de parágrafo, sem deslocamento na primeira linha, e termina na margem direita. A segunda linha e seguintes são alinhadas sob a primeira letra do texto da citação.

O texto citado é apresentado sem aspas e transcrito com entrelinhamento e letra menor.

Deve ser deixada uma linha em branco entre a citação e os parágrafos anterior e posterior.

Exemplo:

CAPRA (1982, p. 279) refere-se aos organismos vivos afirmando o seguinte:

Os organismos vivos têm um potencial inerente para se superar a si mesmos [sic] a fim de criar novas estruturas e novos tipos de comportamento. Essa superação criativa em busca da novidade, a qual, no devido tempo, leva a um desdobramento ordenado da complexidade, parece ser uma propriedade fundamental da vida, uma característica básica do universo que – pelo menos por ora – não possui maior explicação. Pode-se, entretanto, explorar a dinâmica e os mecanismos da autotranscendência na evolução de indivíduos, espécies, ecossistemas, sociedades e culturas.

- Omissões em Citação

Omissões em citação são permitidas quando não alteram o sentido do texto. São indicadas pelo uso de reticências no início ou no final da citação. Quando houver omissões no meio da citação, usam-se reticências entre colchetes.

As reticências, num texto, indicam interrupção do pensamento ou supressão intencional de algo que se devia ou podia dizer e que apenas se sugere, por estar facilmente subentendido. Podem ocorrer da seguinte maneira:

a) supressão no meio da citação:

O gesto cria uma atmosfera propícia à paródia licenciosa dos nomes dos santos e de suas funções [...]. Assim, todos os santos cujos nomes a multidão grita, são travestis, seja no plano obscuro, seja no da boa mesa. (BAKHTIN, 1987, p. 1669).

b) supressão no início da citação:

[...] alguns dos piores erros na construção organizacional têm sido cometidos pela imposição de um modelo mecanicista de organização 'ideal' ou 'universal' a uma empresa viva. (CASTRO, 1976, p. 41).

c) supressão no final da citação:

A partir de 1948, o desenvolvimento da ciência da informação foi acompanhado, se não freqüentemente precedido, pelo desenvolvimento excepcional de uma tecnologia e técnicas particularmente impressionantes, apoiando-se, no essencial, nos fluxos de elétrons e fótons. Antes imperavam a tinta e o chumbo. (LE COADIC, 1996, p. 86).

4.1.2 Citação Indireta

É o texto redigido pelo autor do trabalho com base e ideias de outro(s) autor (es), que deve, contudo, traduzir fielmente o sentido do texto original. A citação indireta pode aparecer sob a forma de paráfrase ou de condensação, porém jamais dispensa a indicação da fonte. Pode-se utilizar tanto o sistema autor-data como o sistema numérico.

- Paráfrase

É a expressão da ideia de outro, com as palavras do autor do trabalho, e deve manter aproximadamente o mesmo tamanho da citação original. A paráfrase, quando fiel à fonte, é geralmente preferível a uma longa citação direta. É escrita sem aspas, com o mesmo tipo e tamanho de letra utilizados no parágrafo do texto no qual está inserida.

b) no sistema autor-data:

A lei não pode ser vista como algo passivo e reflexivo, mas como uma força ativa e parcialmente autônoma, a qual mediatiza as várias classes e compele os dominantes a se inclinarem às demandas dos dominados (GENOVESE, 1974).

c) no sistema numérico:

Segundo LIMA, função pode dar a idéia de algo relacionado a atividade ou tarefa¹.

- Condensação

É a síntese de um texto longo, um capítulo, uma seção ou parte, sem alterar fundamentalmente a ideia do autor. Podem ser acrescentados os números das páginas inicial e final do texto lido (parte ou capítulo), porém, tratando-se da leitura de uma obra completa, estes não são necessários. A condensação é escrita sem aspas, com o mesmo tipo e tamanho de letra utilizados no parágrafo do texto no qual está inserida.

Em *Whings and Hunters*, E.P. THOMPSON (1977) analisa a sociedade inglesa dos séculos XVII e XIX, tenta recuperar o espaço de luta de classes, a estrutura do domínio, o ritual da pena capital e dedica especial atenção à hegemonia que a lei estabelece nesse campo.

4.1.3 Outras Formas de Citação:

- Citação de Citação

É a menção a um trecho de um documento ao qual não se teve acesso, mas do qual se tomou conhecimento apenas por citação em outro trabalho. Só deve ser usada na total impossibilidade de acesso ao documento original, como nos casos de documentos muito antigos ou com barreira linguística, pois, tratando-se de obra em que o original não foi consultado, podem ocorrer falsas interpretações e também incorreções. Porém, para trabalhos com abordagem histórica, por vezes é necessário utilizar este recurso. Na citação de citação podem ser adotados tanto o sistema autor-data quanto o sistema numérico.

A indicação da fonte de uma citação de citação pode ser feita:

- a) na forma textual – pelo sobrenome do autor do documento original, com letras maiúsculas, seguido do número sobrescrito correspondente a nota seguido de vírgula, da expressão citado por, do sobrenome do autor do documento consultado, com letras maiúsculas, e ainda do ano e da página, estes dois últimos entre parênteses;

- no texto:

KORMAN², citado por PASQUALI (1981, p. 54), afirma que outra variável que tem importância especial como característica de personalidade é a auto-estima, isto é, a extensão em que o indivíduo se percebe como competente, capaz e que pode prover a satisfação de suas necessidades.

- no rodapé:

²KORMAN, A. K. Task success, task popularity, and self-esteem as influence on task liking. **J. Appl. Psychol.**, Washington, D. C., v. 52, n. 6, p. 484-490, 1968.

- na lista de referências:

PASQUALI, L. et al. Satisfação na tarefa, auto-estima e dificuldade na tarefa: um modelo explicativo. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 53-57, jul./set. 1981.

- b) após a ideia do autor – pelo sobrenome do autor do documento original, com letras maiúsculas, seguido de vírgula, da expressão **apud**, do sobrenome do autor do documento consultado, com letra maiúscula, e ainda do ano e da página entre parênteses;

- no texto:

Outra variável que tem importância especial como característica de personalidade é a auto-estima, isto é, a extensão em que o indivíduo se percebe competente, capaz e que pode prover a satisfação de suas necessidades (KORMAN apud PASQUALI, 1981, p. 54).

- na nota de rodapé:

²KORMAN, A. K. Task success, task popularity, and self-esteem as influence on task liking. J. Appl. Psychol., Washington, D.C., v.52, n. 6, p. 484-490, 1968.

4.1.4 Indicação das Fontes Citadas

A indicação das fontes citadas pode ser feita pelo sistema autor-data ou pelo sistema numérico.

Tanto para o sistema autor-data quanto para o sistema numérico, deve-se seguir o padrão determinado para entradas das referências, buscando-se dar uniformidade à fonte no texto e nas notas bibliográficas em rodapé ou na lista de referências.

O sistema escolhido deve ser o mesmo do início ao final do documento, mantendo-se a uniformidade e a consistência ao longo deste.

A indicação do número da(s) página(s) do documento que contém a citação pode ser feita da seguinte forma:

- a) quando forem citadas páginas consecutivas, os números das páginas inicial e final são separadas por hífen:

p. 252-254

- d) quando as páginas não forem consecutivas, os números são separados por vírgula ou indicadas pela expressão **passim** (aqui e ali, em diversas passagens.:

p. 3, 5, 9

Ribeiro, 1997, passim.

- Sistema Autor-data

O sistema autor-data, ou alfabético, é aquele que apresenta a fonte da qual foi extraída a citação no próprio corpo do texto. O leitor deve recorrer à lista de referências para obter os dados completos dos documentos mencionados. Esse sistema, de caráter mnemônico, visa a racionalizar o trabalho tanto do autor quanto do leitor.

Trata-se do sistema mais recomendado; no entanto só funciona se observadas as seguintes condições:

- a) ao se usar esse sistema, não podem ser incluídas as fontes em rodapé, exceto nos casos de citação de citação em que somente o autor citado figura em nota de rodapé e o autor que o citou, em lista de referências;
- b) a referência completa do documento deve figurar em lista, no final do capítulo ou do trabalho, organizada alfabeticamente;
- c) as entradas de autoria são escritas com letras maiúsculas, seguidas da data de publicação do documento citado e da página ou seção da qual foi extraída a citação, entre parênteses e após a citação:

...(SOUZA, 1996, p. 47)

- d) quando a menção ao nome do autor está incluída na frase, a data de publicação do documento e a paginação são transcritas entre parênteses, precedidas pela abreviatura correspondente:

José Cândido de CARVALHO (1967, cap. 3) apresenta...

e) as notas explicativas ou informativas são chamadas normalmente no texto por números altos ou alceados, ou entre parênteses, ou entre colchetes.

As regras gerais para a indicação das fontes citadas no texto são apresentadas a seguir.

- Um autor

O sobrenome do autor deve ser escrito com letra maiúscula no texto, podendo ser precedido pelas iniciais dos prenomes ou pelos próprios prenomes, e seguido pela indicação do ano e da(s) página(s):

De acordo com MARANHÃO (1998, p. 125)...
 De acordo com A. MARANHÃO (1998, p. 125)
 De acordo com Antonio MARANHÃO (1988, p. 125)...
 ...(MARANHÃO, 1988, p. 125).

- Autor entidade

No caso de autor entidade, pode-se apresentá-lo:

a) pelo nome da entidade escrito por extenso, com letra maiúsculas:

Em suma, os avanços ocorridos durante o desenvolvimento do processo e percebidos pelos grupos avaliativos evidenciaram o caráter pedagógico da avaliação de desempenho (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis, 1997, p. 14).

b) pela sigla (caso esta seja consagrada), com letras maiúsculas:

Em suma, os avanços ocorridos durante o desenvolvimento do processo e percebidos pelos grupos avaliativos evidenciaram o caráter pedagógico da avaliação de desempenho (UFPR. PRHAE, 1997, p. 14).

c) pela jurisdição, quando se tratar de órgão do poder público federal, estadual ou municipal:

De acordo com dados coletados junto ao Ministério da Educação...
 (BRASIL, 1992, p. 32)

Na obra *Perspectivas de Abastecimento*, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB) são apresentados resultados... (PARANÁ, 1989).

Os municípios têm registrado um índice elevado de... (CURITIBA. Prefeitura Municipal, 1996, p. 43).

A uniformidade da apresentação das citações deve ser mantida ao longo de todo o texto, sempre de acordo com a lista de referencias.

- Dois autores

Havendo dois autores, os nomes devem ser grafados com letras maiúsculas, separadas por e, na forma textual, ou por ponto e vírgula, seguidos do ano e página(s), quando citados após a ideia do autor do trabalho. No primeiro caso, a indicação do ano e da(s) página(s) deve estar em parênteses:

Segundo MARCONI; LAKATOS (1997, p. 259-301)...

...(MARCONI; LAKATOS, 1997, p. 259-301).

- Dois autores com o mesmo sobrenome

Havendo dois autores com o mesmo sobrenome e mesma data de publicação, acrescentam-se as iniciais de seus prenomes:

(SILVA, J. C., 1979, cap. 2)

(SILVA, M. R., 1979, p. 22)

- Três autores

Havendo três autores, todos têm seu nome grafado com letras maiúsculas, separadas por vírgula e “e”, na forma textual, ou por ponto e vírgula, seguidos do ano e página(s), quando citados após a ideia do autor do trabalho. No primeiro caso, a indicação do ano e página(s) deve estar em parênteses:

Segundo ANDRADE; CARDOSO; SIQUEIRA (1998, p. 54-67)...
 ...(ANDRADE; CARDOSO; SIQUEIRA, 1998, p. 54-67).

- Mais de três autores

Havendo mais de três autores, deve-se indicá-las pelo sobrenome do primeiro seguido da expressão **et al.** (do latim *et alii*, que significa **e outros**), do ano e página(s):

QUIRK *et al.* (1996, p. 10) afirmam que...
 ... (QUIRK *et al.*, 1996, p. 10).

4.2 Normas para Apresentação de Notas de Rodapé⁵

Notas de rodapé são as que aparecem ao pé das páginas onde são indicadas. Servem para abordar pontos que não devem ser incluídos no texto para não sobrecarregá-lo. Podem ser:

- notas de conteúdo, que evitam explicações longas dentro do texto (prejudiciais à linha de argumentação), podendo incluir uma ou mais referências e que são usadas para esclarecimentos e para referências cruzadas;
- notas de referência, que indicam as fontes consultadas ou remetem a outras partes da obra em que o assunto foi abordado e são usadas para citação de autoridade e para citação de citação.

4.2.1 Esclarecimentos

As notas de esclarecimento ou explicativas são usadas para a apresentação de comentários, explanações ou traduções que não podem ser incluídos no texto por interromper a linha de pensamento. As notas de esclarecimentos ou explicativas devem ser breves, sucintas e claras.

⁵ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

- no texto:

Segundo a contabilidade de *A Nação*, em 1920 o proletariado no Brasil forma um contingente de 30.428.700 pessoas¹, contra 43.203 da grande burguesia.

- no rodapé:

¹Na realidade, a cifra 30.428.700 inclui os pequenos burgueses, já que estes, na época, são considerados aliados da classe operária e, mais que isso, instrumento necessário da revolução proletária: a revolta “tenentista”, isto é, pequeno-burguesa, é a ante-sala da revolução proletária.

4.2.2 Referências Cruzadas

A nota de rodapé é usada para indicar ao leitor outras partes da obra ou outras obras em que o assunto foi abordado.

- no texto:

...denunciavam que os preços dos gêneros fornecidos na fazenda eram mais caros que em outros lugares e reclamavam ainda de outras taxas e muitas que também não constavam dos contratos³.

- no rodapé:

³Para a relação das queixas dos colonos, ver o anexo, p. 249-255.

4.2.3 Citação de Autoridade ou Indicação de Fonte

A nota de referência é usada para indicar a fonte consultada, e que foi mencionada no texto, quando utilizado o sistema numérico de indicação de fontes.

- no texto:

Segundo Fenelon (1982), a estratégia capitalista de dominação do operário fora das fábricas foi extremamente complexa e pode ser vista sob inúmeros aspectos e múltiplos ângulos².

- no rodapé:

²Fenelon, D. R. Fontes para o estudo da industrialização no Brasil: 1899-1945. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, p. 79-115, mar. 1982.

4.2.4 Apresentação das Notas de Rodapé

Na utilização de notas de rodapé deve-se observar o seguinte:

- a) numeração das notas é sequencial e em algarismos arábicos, dentro de cada seção ou ao longo do documento;
- b) o número é apresentado sobrescrito ou entre parênteses ou colchetes, no texto e no início da nota;
- c) o indicativo numérico é separado do texto da nota por um espaço;
- d) a nota é escrita com letra e entrelinhamento menores que os do texto;
- e) a primeira letra da nota inicia na margem de parágrafo e as linhas seguintes iniciam na margem esquerda do texto;
- f) o texto deve ser separado das notas de rodapé por uma linha em branco;
- g) alíneas e incisos em rodapé são colocados em sequência e separados por ponto e vírgula;
- h) o texto em rodapé começa e termina na página em que a nota foi inserida, sendo que a última linha da nota deve coincidir com a margem inferior da página;
- i) no texto, o número deve figurar após o sinal de pontuação que encerra uma citação direta, ou após o termo a que se refere, mesmo que depois haja sinal de pontuação.

4.3 Normas para Apresentação de Referências Bibliográficas⁶

4.3.1 Livros

4.3.1.1 Livros Considerados no Todo

AUTORIA. **Título**. Local: Editora, ano.

Exemplo:

ROSA, Maria da Glória de. **A história da educação através de textos**. São Paulo: Cultrix, 1985.

⁶ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2003.

4.3.1.2. Partes de Livros (Capítulos, Fragmentos, Volumes)

AUTORIA DA PARTE DA OBRA. Título da parte. In: AUTORIA DA OBRA. **Título da obra**. Local: Editora, ano. Página inicial-final da parte.

Exemplo:

LUBANBO, Cátia Wanderley. A descentralização do Estado no Brasil. In: LIMA Marcos Costa (Org.). **O lugar da América do Sul na nova ordem mundial**. São Paulo: Cortez, 2001. pp. 199-218.

4.3.2 Relatórios

4.3.2.1 Relatórios Oficiais

A entrada para relatórios oficiais deve ser feita pelo nome da instituição em letras maiúsculas e não pelo autor do relatório. Quando o editor também for autor, seu nome não deve ser repetido.

Exemplo:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de atividades 1995**. Curitiba, 1996.

4.3.2.2 Relatórios Técnicos

A entrada para relatórios técnicos deve ser feita pelo sobrenome do autor em letras maiúsculas.

Exemplo:

MOURA, M. F.; EVANGELISTA; S. R. M.; TERNES, S. **Manutenção de software**. Campinas: UNICAMP-FEE-DCA, 1989. 90 p. Relatório técnico.

4.3.3 Teses, Dissertações e Monografias

AUTORIA. **Título**. Local, ano. Número de folhas. Tese, Dissertação, Monografia (Grau e Área) – Unidade de Ensino, Instituição.

Exemplos:

FIRMINO, Luciano Julio. **A evolução do Curso de Pedagogia no Brasil**: A difícil travessia entre o sonho e a realidade. Goiânia, 1998. 78 f. Monografia (Especialização em Docência Universitária) – Programa de Formação de Professores/Colegiado das Licenciaturas, Universidade Católica de Goiás.

SCAREL, Estelamaris Brant. **Michel Foucault**: sobre as ciências humanas, a sociedade panóptica e as especificidades do intelectual. Goiânia, 2003. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás.

4.3.3.1 Trabalhos Acadêmicos

AUTORIA. **Título.** Local, ano, número de folhas. Trabalho acadêmico⁷ (Disciplina) – Curso ou Departamento, Unidade de Ensino, Instituição.

Exemplo:

AZEVEDO, L. A. **Produção gráfica:** tecnologia, processos e aplicações. Curitiba, 1989. 20 f. Trabalho de Graduação. (Disciplina Projeto de Produto IV) – Curso de Desenho Industrial, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

4.3.4 Eventos Científicos

Eventos científicos considerados no todo (congressos, seminários, simpósios, reuniões, encontros e outros)

NOME DO EVENTO, número do evento, ano de realização, Local. **Título.** Local: Editora, ano de publicação. Número de páginas ou volume.

Exemplo:

ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECOLOGIA E INFORMÁTICA; ENCONTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA, 2.; 1986, Brasília. **Anais...** Brasília: ABDF, 1986. 2 v.

4.3.4.1 Trabalhos Apresentados em Eventos Científicos

AUTORIA. Título do trabalho. In: NOME DO EVENTO, número do evento, ano de realização, local. **Título.** Local: Editora, ano de publicação. página inicial-final.

Exemplo:

ORLANDO FILHO, J.; LEME, E. J. de A. Utilização agrícola dos resíduos da agroindústria canavieira. In: SIMPÓSIO SOBRE FERTILIZANTES NA AGRICULTURA BRASILEIRA, 2., 1984, Brasília. **Anais...** Brasília: Embrapa, Departamento de Estudos e Pesquisas, 1984. p. 451-475.

4.3.5 Publicações Periódicas

4.3.5.1 Periódicos Considerados no Todo (Coleção)

A referência de periódico considerado no todo é a representação de sua coleção desde o primeiro fascículo até o último.

⁷ Pode ser substituído por Relatório, Monografia e outros, conforme as informações contidas no campo **observações** da folha de rosto dos trabalhos.

TÍTULO DE PERIÓDICO. Local: Editor, ano de início-término da publicação.

Exemplo:

ANUÁRIO INTERNACIONAL. São Paulo: AGEV, 1968-1978.

Quando o periódico está em curso de publicação, indica-se somente o ano de início seguido de hífen.

Exemplo:

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939 –

No caso de periódicos com título genérico (boletim, informativo, anuário e outros), incorpora-se o nome da entidade responsável, ligando-a por preposição entre colchetes.

Exemplo:

INFORMATIVO MENSAL [do] Banco Central do Brasil. Brasília, 1980.

4.3.5.2 Periódicos Considerados em Parte (Fascículos, Suplementos, Números Especiais)

TÍTULO DO PERIÓDICO. Título do fascículo, suplemento ou número especial (quando houver). Local: Editora, número do volume, número do fascículo, data. número total de páginas do fascículo, suplemento ou número/edição especial. Nota indicativa do tipo de fascículo.

Exemplos:

CONJUNTURA ECONOMICA. As 500 maiores empresas do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, v. 38, n. 9, set. 1984. 135 p. Edição especial.

VEJA. Guia da copa. São Paulo: Abril, v. 31, n. 23, 1998. Especial.

4.3.5.3 Artigos de Periódicos

AUTORIA DO ARTIGO, Título do artigo. **Título do periódico**, Local de publicação, número do volume, número do fascículo, página inicial-final do artigo, data.

Exemplos:

ALMEIDA, C.; MONTEIRO, M. Descrição de duas novas espécies (Homóptera). **Revista Brasileira de Zoologia**, Curitiba, v. 9, n. 1/2, p. 55-62, mar./jun. 1992.

MOURA, A. S. de. Direito de habitação às classes de baixa renda. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 11, n. 1, p. 71-78, jan./jun. 1983.

4.3.5.4 Artigos de Jornais

AUTORIA DO ARTIGO. Título do artigo. **Título do jornal**, Local de publicação, data (dia, mês, ano). número do título do caderno, seção, suplemento, etc., página(s) do artigo referenciado, número de ordem da(s) coluna(s).

Exemplos:

MIRANDA, R. Anões que fazem gigantes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 jun. 1990.

VILLAÇA, A. C. Deus é relação de amor, Deus é amante do homem. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 17 set. 1988. Suplemento literário, v. 22, n. 2206, p. 8-10.

BIBLIOTECA climatiza seu acervo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 mar. 1985. p. 11, coluna 4.

SUZUKI JR., M. A. A melhor de todas as copas. **Folha de S.Paulo**, 02 jul. 1998. Caderno 4, Copa 98, p. 1.

SARLI, C. Faltou base. **Folha de S.Paulo**, 02 jul. 1998. Caderno, Folha Esporte, p. 1.

Quando são consultadas seções ou coleções inteiras de jornais, pode-se referenciar a coleção dando entrada pelo nome do jornal e indicando as datas externas.

4.3.6 Documentos Legislativos

4.3.6.1 Leis e Decretos

NOME DO PAÍS, ESTADO OU MUNICÍPIO. Título e número da lei ou decreto, data. Ementa. Dados da publicação que divulgou o documento.

Exemplo:

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1996.

4.3.6.2 Pareceres, Resoluções e Indicações

AUTORIA (Instituição ou Pessoa). Tipo (parecer, resolução, indicação), número e data. Ementa. Relator ou consultor: Nome. Dados da publicação que a divulgou.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n. 16 de 13 de dezembro de 1984. Dispõe sobre reajustamento de taxas, contribuições e semestralidades escolares e altera a redação do artigo 5 da Resolução n. 1 de 14/1/83. Relator: Lafayette de Azevedo Ponde. **Diário da República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 dez. 1984. Séc. 1, p. 190-191.

4.4 Normas para Apresentação de Referências de Informações e Documentos Eletrônicos

4.4.1 Arquivos Eletrônicos

4.4.1.1 Arquivos de Dados e Textos (criados no computador)

AUTORIA DO ARQUIVO. **Nome do arquivo.extensão**. Ementa. Custódia (depositário). Local, data (dia, mês, ano). Descrição física. Programa gerador.

Exemplos:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Normas.doc**. Normas para apresentação de trabalhos. Biblioteca Central. Curitiba, 07 mar. 1992. 5 disquetes 5 ¼ pol. 65.000 caracteres. Word 5.0.

KRAEMER, L. L. B. **Apostila.doc**. Curitiba, 13 maio 1995. Arquivo (605 bytes); disquetes 3 ½ pol. Word for Windows 6.0.

4.4.2 CD-Rom (*Compact Disc on Read Only Memory*) e Assemelhados

CD-ROM é um disco ótico de alta capacidade de armazenamento de dados, textos e gráficos.

4.4.2.1 Livros considerados no todo

Exemplos:

MARK, J. E. (Ed.). **Physical properties of polymers handbook**. Woodbury, NY: American Institute of Physics, 1996. 1 CD-ROM.

TARBUCK, E. J. **The theory of plate tectonics**. Tijeras: TASA, 1994. 1 CD-ROM.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Catálogos da produção intelectual da UFSCar**. Ed. Preliminar. São Carlos, 1996. 1 CD-ROM.

4.4.2.2 Parte de livros (capítulos, fragmentos e volumes)

Exemplos:

TARBUCK, E. J. Fossil evidence. In: _____. **The theory of plate tectonics**. Tijeras: TASA, 1994. p. 101-156. 1 CD-ROM.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Catálogo Coletivo Nacional. In: BASE de dados em ciência e tecnologia. Brasília, 1996. 1 CD-ROM.

4.4.2.3 Eventos científicos

Exemplos:

SIGGRAPH96: Visual Proceedings, 1996, New Orleans. **Proceedings...** New Orleans: ACM SIGGRAPH, 1996. 1 CD-ROM.

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 6., 1996, Piracicaba. **Anais...** Piracicaba: UNIMPE/ABEPRO, 1996. 1 CD-ROM.

4.4.3 Fontes Eletrônicas *Online*

4.4.3.1 Documentos consultados *online*:

Exemplos:

MARY Cassat biographical sketch and paintings. Disponível em: <<http://www.oir.ucf.edu/louvre/paintauthcassat>> Acesso em: 10 abr. 1995.

MOURA, G. A. C. de M. **Citação de referências e documentos eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.elogica.com.br/users/gmoura/refere.html>> Acesso em 09 out. 1996.

4.4.3.2 Publicações periódicas consideradas no todo (coleção)

Exemplo:

JOURNAL OF TECHNOLOGY EDUCATION. Virginia (Va): Polytechnic Institute and State University. 1989. Disponível em: <<gopher://borg.lib.vt.edu:70/1jte>> Acesso em: 15 mar. 1995.

4.4.3.3 Artigos de periódicos

Exemplos:

INADA, K. A Budist response to the nature of humn rights. **Journal of Buddhist Ethnics**, v. 2, n. 195, 9 pars. Disponível em: <<http://www.cac.psu.edu/jbe/twocont.html>> Acesso em 21 jun. 1995.

FIGUEIRA, S. Remendo nas contas: governo baixa medidas na tentativa de reduzir o roubo de R\$ 51 bilhões do Sistema Financeiro de Habitação. **Isto É**, São Paulo, n. 1409, 01 out. 1996. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/istoe/economia/140920.htm>> Acesso em: 03 de out. 1996.

4.4.3.4 Artigos de Jornais

Exemplos:

VILLASCHI FILHO, A. Vantagens do atraso. **Gazeta On Line**, Vitória, 3 out. 1996. Disponível em: <<http://www.redegazeta.com.br/homepage/opi/03op1.htm>> Acesso em: 03 out. 1996.

TAVES, R. F. **Reajuste vai se pago com o salário de agosto**. Disponível em: <<http://www.oglobo.com.br/pais80htm>> Acesso em: 30 jul. 1998.

5. ARTIGOS CIENTÍFICOS

5.1. Conceito

Os artigos científicos consistem em pequenas reflexões sobre determinadas temáticas, mas por inteiro. Isso significa que eles devem conter introdução, desenvolvimento e conclusão. Além disso, os artigos não se constituem em estudos que comporão uma obra inteira, porém uma análise rigorosa e consequente sobre um tema previamente problematizado.

Nos estudos universitários, eles expõem os resultados de um trabalho aprofundado de pesquisa - documental, bibliográfica ou de campo - a fim de que o problema, que resulta em um tema objeto de análise, consoante apontou-se acima, passe a ser conhecido por todos via publicação em revistas, periódicos, *on line*, ou, também, por intermédio de comunicação verbal.

Os artigos científicos, por trazerem à tona uma reflexão total, isto é, “[...] por serem completos, permitem ao leitor, mediante a descrição da metodologia empregada, do processamento utilizado e resultados obtidos, repetir a experiência” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 259).

Em outras palavras, conforme a natureza do assunto pesquisado, geralmente o pesquisador precisa levar a investigação adiante. Daí a necessidade de ele avançar no seu percurso de estudo, por meio de novas experiências/reflexões em torno do objeto já analisado, já que o ciclo da pesquisa nunca se esgota.

5.2. Tipos de Artigos

De acordo com a característica da análise elaborada pelo pesquisador, o artigo pode ter a seguinte distinção: artigo teórico, artigo analítico e artigo classificatório.

Quanto ao primeiro, ele apresenta uma argumentação favorável ou desfavorável a um determinado ponto de vista. “Inicialmente, enfoca-se um dado argumento e depois os fatos que possam prová-lo ou refutá-lo. O desenrolar da argumentação leva a uma tomada de posição” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 261).

Esse tipo de artigo requer que se atenda a todos os padrões de textualidade necessários à sustentação de um texto argumentativo, quais sejam: coesão;

coerência; intencionalidade; aceitabilidade; situacionalidade; intertextualidade e informatividade.

Em relação ao segundo, o pesquisador elabora uma análise de cada componente pertencente ao assunto procurando fazer uma relação com o todo.

De acordo com Lakatos; Marconi (2003), a análise constitui-se na descrição, classificação e delimitação do objeto de estudo, levando-se em conta a “estrutura, a forma, o objetivo e a finalidade” da matéria alvo de análise. Na perspectiva dos autores, é difícil encontrar-se hoje artigos somente analíticos.

Por último, o artigo classificatório, conforme o próprio nome já denota, ele busca estabelecer uma classificação das características de um certo tema explicitando as suas partes. “Primeiramente, faz-se a divisão do tema tabular, ou seja, em classes, com suas características principais. Depois apresenta: definição, descrição objetiva e análise” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 262). Na concepção dos autores, esse tipo de artigo é bastante útil.

5.3. Estilo

Cada pesquisador possui a sua própria maneira de exprimir o seu pensamento, a qual denomina-se de estilo. Contudo, isso não lhe concede o direito de abandonar certos pré-requisitos imprescindíveis a um estudo científico. Por isso, o autor deve cuidar para que sua linguagem tenha clareza, concisão e objetividade.

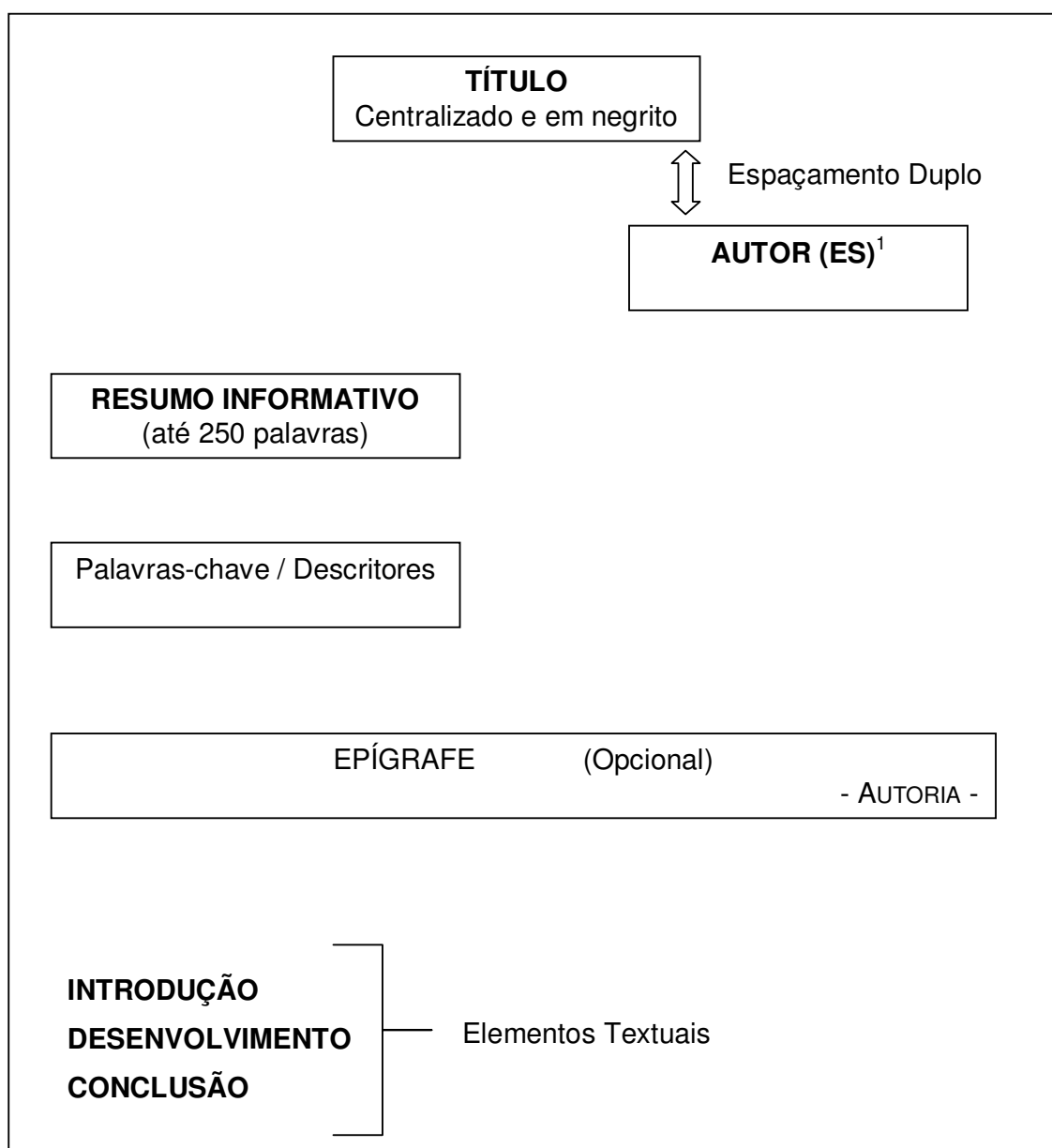
Nessa perspectiva, o texto necessita expor de forma inteligível os argumentos, já que se trata de uma matéria que desenvolve uma ideia, a fim de que o leitor capte exatamente a mensagem nele contida. Por isso, é preciso que o autor evite a verbosidade, pois os rodeios dificultam tanto a formulação da mensagem como a sua apreensão por parte do leitor.

Além disso, é mister que o pesquisador apresente a sua argumentação de forma direta, evitando as repetições e explicações inúteis que, fatalmente, irão confundir e/ou prejudicar o entendimento do texto. Afinal de contas o escritor (emissor) é uma consciência que está comunicando a uma outra consciência (receptor/leitor) uma mensagem, por isso ela precisa corresponder exatamente àquilo que ele quis transmitir.

Por último, quanto a objetividade, entende-se que o processo de comunicação, seja verbal ou escrito, necessita atingir a finalidade proposta por ele.

Assim, o texto-linguagem não pode ser demasiadamente sucinto tampouco extenso. Um texto objetivo é aquele que consegue atingir de maneira clara e simples o alvo proposto, mas sem perder a cientificidade. Para que o pesquisador, então, não perca essa objetividade, convém que ele elabore um plano de trabalho apontando, de forma esquemática, o que será tratado, provavelmente, na introdução, no desenvolvimento e na conclusão, de acordo com o exemplo já apresentado no item 2.1. deste manual.

5.4. Estrutura do Artigo



⁸ Credenciais do(s) autor(es).

5.4.1. Título

A escolha do título de um artigo científico requer bastante cuidado por parte do seu autor, pois ele objetiva, principalmente, atrair o leitor. Nesse sentido, ele tem de ser revestido de muita atenção e, assim, dentre todos os títulos propostos provisoriamente, o pesquisador escolherá aquele que melhor se identificar com o conteúdo. Para tanto, ele precisa ser criativo, não muito extenso e realmente instigar a curiosidade do leitor. No caso de o pesquisador optar por subtítulo, ele deve ser separado do título principal por dois pontos, de acordo com o exemplo abaixo:

MICHEL FOUCAULT: SOBRE AS CIÊNCIAS HUMANAS, A SOCIEDADE PANÓPTICA E AS ESPECIFICIDADES DO INTELECTUAL

Além disso, é pertinente que o escritor não se esqueça que o título não pode conter construções com sequência de sujeito, verbo e complemento. Assim, ao decidir-se por um título, o autor precisa optar por palavras substantivadas como no exemplo acima apontado.

Convém, ainda, esclarecer-se que, mantidos tanto o rigor científico como uma linha de coerência entre os argumentos dispostos na introdução, desenvolvimento e conclusão, no final a criatividade irá contar muito, uma vez que a produção científica não se resume numa simples reprodução do conhecimento, mas sobretudo em um momento de criação e superação do saber já existente. Na concepção de Luckesi et al (2005, p. 167), proceder “[...] diferentemente é iludir e iludir-se”.

Em outras palavras, espera-se que no momento da elaboração de um trabalho acadêmico, neste caso o artigo científico, o aluno empenhe todos os seus esforços para abandonar a sua condição de receptor do conhecimento, por conseguinte, procurando assumir a atitude de ser seu próprio produtor, pois, somente assim o trabalho de pesquisa adquirirá a sua marca e contribuirá para o avanço do campo científico.

Finalmente, adverte-se que se deve evitar a utilização do gerúndio, pois, além dessa construção dar a ideia de continuidade da ação, ela ainda é muito cansativa. Por isso, não há justificativa para o emprego do gerúndio em títulos.

5.4.2. Autor(es)

Conforme expõe o exemplo contido na página 56 deste manual, num artigo científico o nome completo do(s) autor(es) apresenta-se logo abaixo do título e à direita.

É preciso que se utilize um número ou, então, asterisco logo após o nome do autor, ou dos autores quando a produção não for individual. Essa providência faz-se necessária para que o autor ou autores sejam identificados no rodapé da primeira página.

Tal identificação possibilita que o leitor saiba quem é ou quem são os autores do artigo. Deve conter a formação profissional ou outro curso ou, ainda, a atividade do autor, porém, desde que haja ligação com o tema do artigo. Além disso, se necessário, inserir a instituição onde o autor exerce suas atividades. Por exemplo, observe as credenciais da autora contidas no rodapé da primeira página do modelo de artigo inserido neste manual.

5.4.3. Resumo

Embora esse conteúdo, em particular, tenha sido tratado no item 2.2. deste manual, entende-se que se torna pertinente fazer-se, ainda, algumas observações em relação aos resumos informativos que, obrigatoriamente, constarão dos artigos científicos.

Conforme a NBR 6028 (2003), elaborada pela ABNT, esse tipo de resumo deve informar “[...] suficientemente ao leitor, para que este possa decidir sobre a conveniência da leitura do texto inteiro. Expõe finalidade, metodologia, resultados e conclusões”.

Segundo ainda a NBR 6028 (2003), esse resumo caracteriza-se por uma exposição concisa do que trata o texto “[...] e não de uma enumeração de tópicos”. Verifica-se, a partir disso, que o resumo contém tão somente um bloco de ideias, isto é, sem parágrafos e com espaçamento simples entre as linhas.

Quanto a extensão, essa mesma Norma recomenda que os artigos científicos devem conter até 250 (*duzentos e cinquenta*) palavras.

Por último, no tocante à linguagem, a NBR 6028 (2003) sugere que o autor utilize, preferencialmente, a terceira pessoa do singular e, ainda, mantenha o verbo na voz ativa.

5.4.4. Palavras-chave / Descritores

As palavras-chaves / descritores, como o próprio nome já revela, consistem nos termos fundamentais que irão exprimir a essência do assunto tratado no artigo, e, obrigatoriamente, eles devem aparecer após o resumo, sendo precedidos da expressão *Palavras-chave*. Recomenda-se que o autor, no máximo, exponha uma relação de sete palavras. Verifique o exemplo apresentado no modelo de artigo contido neste manual.

5.4.5. Epígrafe

A epígrafe configura-se numa citação retirada de algum autor e colocada logo abaixo das palavras-chave. Trata-se de uma citação que tem relação com o tema do artigo. Porém, esse tipo de inscrição é um *elemento opcional*.

5.4.6. Introdução

A introdução é o elemento textual que comunica o assunto ao leitor, por isso ela é a sua porta de entrada. Ela deve explicitar o tema, o(s) objetivo (s), a metodologia, de forma a situar o leitor no texto. Nesse sentido, os termos e os conceitos nela apresentados devem revestir-se de bastante precisão, a fim de se evitar introduções vagas ou, então, confusas. Além da criatividade e originalidade imprescindíveis a ela, a introdução deve refletir exatamente as intenções do trabalho.

5.4.7. Desenvolvimento

O desenvolvimento ou corpo do trabalho corresponde ao momento de construção lógica do texto. Trata-se da parte principal e mais extensa do artigo, pois é nessa fase de desenvolvimento do raciocínio que o autor expõe as suas ideias essenciais. Em síntese, é a fase de fundamentação teórico-metodológica do texto, porque é nesse momento que autor constrói os argumentos anunciados na introdução.

Convém que se esclareça, ainda, que o desenvolvimento pode ser elaborado tanto sem subdivisões, conforme o exemplo constante do modelo anexo, como, caso haja necessidade, ser subdividido em etapas. O importante é que o autor jamais se esqueça que essa é uma fase fundamental para a construção e

comprovação das ideias propostas, por isso ele precisa não se esquecer de atender a todos os padrões de textualidade, a fim de, realmente, convencer o seu leitor.

Um texto fragmentado, isto é, sem coesão, ou, ainda, sem uma lógica na exposição dos conceitos, porque a argumentação não possui uma linha de coerência, por último, um texto que não apresenta uma nova informação, porque o autor não foi capaz de se descolar dos seus referenciais teóricos, nada acrescentará ao campo científico, conseqüentemente, estará fadado ao descrédito.

5.4.8. Conclusão

A conclusão é o elemento textual que finaliza toda a argumentação. Nesse momento o autor expõe as suas deduções e/ou inferências, buscando fazer uma ligação com os argumentos expostos no texto. Trata-se de uma retomada dos conceitos apresentados tanto na introdução como no desenvolvimento, mas não uma repetição. Em outras palavras, é a fase de “[...] dedução lógica, baseada e fundamentada no texto, de forma resumida” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 259). Enfim, a conclusão procura destacar os resultados obtidos na pesquisa.

5.4.9. Referências Bibliográficas

As referências bibliográficas, obrigatoriamente, fazem parte dos elementos pós-textuais. Elas devem ser apresentadas em ordem alfabética e seguem rigorosamente a NBR 6023 da ABNT. Neste manual, as normas para apresentação de referências bibliográficas encontram-se na página 39 (trinta e nove).

5.4.10. Ilustrações

Conforme a natureza da reflexão, o artigo precisa conter ilustrações. As ilustrações referem-se às tabelas, aos quadros e às figuras. Elas complementam, quando for o caso, o texto e precisam ser inseridas o mais próximo possível do trecho a que dizem respeito. Cada ilustração deve ter um título e um número, bem como a fonte de onde foi extraída. Observe os modelos de tabela, quadro e figura abaixo. Esses modelos foram tomados como empréstimo no manual n° 4 da Universidade Federal do Paraná (2000).

FIGURA 11 - MODELO DE TABELA

TABELA 1 - ÁREA COLHIDA, QUANTIDADE PRODUZIDA, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE LONDRINA - 1991

PRODUTO	PRODUÇÃO AGRÍCOLA			
	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio ⁽¹⁾ (kg/ha)	Valor (Cr\$ 1000)
Abacate	30	⁽²⁾ 900	30 000	36 000
Algodão herbáceo	4 850	8 432	1 783	885 360
Alho	14	56	4 000	14 000
Amendoim	20	30	1 500	1 680
Arroz	2 300	3 040	1 321	205 200
Aveia	200	397	1 985	21 835
Banana	120	⁽³⁾ 100	833	35 000
Batata-doce	4	40	10 000	2 000
Café	12 530	20 048	1 600	3 789 072
Caqui	42	⁽²⁾ 1 680	40 000	13 440
Cebola	20	190	9 500	5 569
Feijão	2 700	1 475	546	196 912
Laranja	144	⁽²⁾ 6 048	42 000	18 144
Limão	25	⁽²⁾ 1 000	40 000	9 000
Maçã	36	⁽²⁾ 2 500	69 444	16 675
Mamona	50	75	1 500	3 750
Mandioca	150	3 000	20 000	9 000
Manga	15	⁽²⁾ 225	15 000	4 050
Milho	20 650	65 565	3 175	2 950 425
Rami	2 587	3 208	1 240	641 600
Soja	27 600	54 298	1 967	3 719 413
Tangerino	80	⁽²⁾ 4 000	50 000	40 000
Tomate	105	5 145	49 000	351 918
Trigo	15 400	24 640	1 600	1 429 120
Uva	350	6 797	19 420	543 760

FONTE: IBGE

NOTAS: Dados extraídos da Base Pública do Estado do Paraná (BPUB).

O IBGE deixou de realizar o levantamento de alfafa e cana para forragem.

(1) Rendimento Médio: (Quantidade Produzida/Área Colhida) x 1 000.

(2) Unidade refere-se a 1 000 frutos.

(3) Unidade refere-se a 1 000 cachos.

QUADRO 1 - PALAVRAS E EXPRESSÕES PERIGOSAS

a maior parte (...)	concorde com o coletivo	a maior parte (...) surgiu na década passada
a maioria (...) afirmam que	concordância condenável	a maioria (...) afirma
assim como, bem como	o verbo deve concordar com o primeiro sujeito	o professor, bem como o aluno, sabe da verdade
até porque o autor	"até" é desnecessária	porque o autor
citar	deve ser usado apenas para referências a citações	mencionar
com exceção de	prefira a concisão	exceto
deixar claro	concorda com o objeto	deixar claras as coisas

FONTE: Adaptado de: AZEVEDO, I. B. de. **O prazer da produção científica**. 5. ed. Piracicaba: Unimep, 1997.

FIGURA 13 - MODELO DE FIGURA

FIGURA 39 - RECUEIL DE LA DIVERSITÉ DES HABITS, 1564. In: BIBLIOTECA BRASILIANA DA ROBERT BOSCH GMBH, 1992, p. 39.



5.4.11. Observação

Na Faculdade Araguaia, os cursos que optarem pelo Artigo Científico como trabalho final, em termos formais, deverão apresentá-lo obedecendo as normas exigidas para apresentação de trabalhos acadêmicos contidas neste manual. Nesse sentido, o artigo científico deve conter os elementos pré-textuais: Capa, Folha de Rosto, Folha de Avaliação, Sumário, conforme os exemplos contidos neste manual.

5.4.12. Modelo de Artigo

CIDADANIA: DO ESPAÇO DO DISCURSO AO ESPAÇO DA AÇÃO COMO EXERCÍCIO DOS DIREITOS HUMANOS¹

ESTELAMARIS BRANT SCAREL²

Resumo: este texto faz uma reflexão acerca da cidadania não em relação aos discursos, como tem sido apresentada desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas no âmbito da ação.

Palavras-chave: reflexão, cidadania, direitos humanos, discurso, ação.

A verdade dá coragem: se eu a captei em qualquer momento, a urgência em persegui-la sem descanso amplia-se.

- KARL JASPER -

A Principal referência teórica deste estudo radica-se no pensamento de Celso Lafer. Jurista, ensaísta e pensador, nasceu em São Paulo no ano de 1941. Distingue-se tanto pelo profundo rigor no encaminhamento de suas investigações como por sua predileção por assuntos e problemas relacionados com os direitos humanos, que lhe proporcionam a oportunidade de evidenciar a dignidade do ser humano e adotar posturas críticas diante de fatos que minam as relações sociais. Daí, a sintonia do seu trabalho com o pensamento de Hannah Arendt ao analisar,

¹ Este artigo foi publicado na revista Estudos Humanidades n. 28 da Universidade Católica de Goiás, em out. de 2001, e reformulado pela autora nesta publicação.

² Mestre em Educação na Universidade Católica de Goiás. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso. Especialista em Docência Universitária e Cultura, Memória e Linguagem pela Universidade Católica de Goiás. Professora convidada no Curso de Especialização em Docência Universitária da Universidade Católica de Goiás. Professora nos Cursos de Pedagogia, Ciências Contábeis e Publicidade e Propaganda da Faculdade Araguaia. Professora no Curso de Graduação em Pedagogia na Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP. Coordenadora Pedagógica do Curso de Gestão do Sistema Prisional na Universidade Estadual de Goiás.

mediante um enfoque jurídico e de forma analógica, a situação-limite - que os seres humanos vêm vivenciando na atualidade -, como a expressa Karl Jaspers. Celso Lafer assevera que o conceito jasperiano de situação-limite assinalou, de forma marcante, o pensamento de Hannah Arendt, pois a partir do seu mestre

[...] ela realçou a relevância de situações-limite, como a morte, o combate, a culpa e o sofrimento. Estas, na sua especificidade existencial, instigam o pensar, apontando [...] a propriedade e a relevância da categoria de situação-limite nas emergências políticas - como as trazidas pelo totalitarismo³ - que podem suscitar o pensar vivo, também em matéria de Direito (LAFER, 1988, p. 89).

A presente análise focaliza o tema da cidadania na perspectiva jurídica e político-filosófica. A relação entre o Direito e a Filosofia Política foi inflexionada por Hannah Arendt (1987) em sua obra *A condição humana*. E neste sentido, LAFER (1988, p. 26) muito bem interpreta a filósofa afirmando o seguinte:

O Direito é constitutivo e regulador da ação política, requer consenso e se fundamenta na promessa, categoria que, juntamente com a do perdão, Hannah Arendt reelabora na sua análise da ação. A promessa estabelece um limite estabilizador necessário à imprevisibilidade e à criatividade da ação⁴.

É esta criatividade da ação que neste milênio está sendo reclamada, já que, conforme BOBBIO (1992, p. 75), “[...] para a vida e para a sobrevivência dos homens, nessa nova sociedade, não bastam os chamados direitos fundamentais como os direitos à vida, à liberdade e à propriedade”.

A complexidade das relações sociais e a insurgência de situações-limite - causadas pela descontinuidade e ausência de garantias⁵ dos direitos - geram inaceitabilidade diante do que LAFER (1988, p. 112) apreendeu da reflexão

³ Para LAFER (1988, p. 117): “O totalitarismo representa uma proposta de organização da sociedade que almeja a dominação total dos indivíduos. Encarna, neste sentido, o processo de ruptura com a tradição, pois não se trata de um regime autocrático, que em contraposição dicotômica a um regime democrático busca restringir ou abolir as liberdades públicas e as garantias individuais. Trata-se, na verdade, de um regime que não se confunde nem com a tirania, nem com o despotismo, nem com as diversas modalidades de autoritarismo, pois se esforça por eliminar, de maneira historicamente inédita, a própria espontaneidade - a mais genérica e elementar manifestação da liberdade humana. Gera, para alcançar este objetivo, o ‘isolamento’ destrutivo da possibilidade de uma vida pública - que requer a ação conjunta com outros homens - e a ‘desolação’, que impede a vida privada”.

⁴ LAFER, na Introdução ao livro de Hannah Arendt (1972, p. 22), assim define ação: “Agir deriva dos verbos latinos ‘agere’, pôr em movimento, fazer avançar - e ‘gerere’ - trazer, criar... pode ser captado pelo seu participio passado ‘gestum’, de onde se origina ‘gesta’. Agir, portanto, traduz um movimentar-se para trazer gestos. O sentido original de ‘agere’ exprime atividade no seu exercício contínuo, em contra te com ‘facere’ que exprime atividade executada num determinado instante”.

⁵ BOBBIO (1992, p. 40) descreve a ação da garantia como “[...] a organização de uma autêntica tutela jurisdicional de nível internacional, que substitua a nacional [...] Tem como meta a criação de uma nova e mais alta jurisdição, a substituição da garantia nacional pela internacional, quando aquela for insuficiente ou mesmo inexistente”.

arendtiana: a “[...] sensação da superfluidade das massas modernas numa terra superpovoada” e a onipresença da descartabilidade no mundo contemporâneo⁶.

É no sentido de uma ação que considere as situações-limite acima apontadas que se tenta compreender a cidadania. Segundo BOBBIO (1992, p. 51), “[...] somente quando se leva em conta a finalidade de uma ação é que se pode compreender o seu sentido”, e ainda, firmando-se na concepção de Kateb, citado por LAFER (1988, p. 50), “[...] o juízo reflexivo, como a ação rompe os automatismos e enseja o novo”.

Reconhece-se a atualidade e a relevância do tema da cidadania, não só em virtude das assimetrias que o constituem, nem somente em razão do ineditismo do mundo contemporâneo, posto por LAFER (1988, p. 114), emergido após a ruptura representada pelo totalitarismo, mas, fundamentalmente, porque

[...] o processo de asserção dos direitos humanos, enquanto invenção para convivência coletiva, exige um espaço público. Este é kantianamente uma dimensão transcendental, que fixa as bases e traça os limites da interação política. A este espaço só se tem acesso pleno por meio da cidadania. É por essa razão que, para ela, o primeiro direito humano, do qual derivam todos os demais, é o direito a ter direitos, direitos que a experiência totalitária mostrou que só podem ser exigidos através do acesso pleno à ordem jurídica que apenas a cidadania oferece (ARENDRT apud LAFER, 19, p. 166).

Com base em Celso Lafer, fundamenta-se, desse modo, a condução dada à reflexão sobre o tema da cidadania, permeado pela trajetória dos direitos humanos:

- Partindo da filosofia jusnaturalista⁷, a qual, segundo BOBBIO (1992, p. 73), [...] para justificar a existência de direito pertencente ao homem enquanto tal,

⁶ Mundo contemporâneo neste estudo refere-se, particularmente, às situações-limite, vivenciadas neste tempo, que assim são definidas por SANTOS (1997, p. 1): “As sociedades contemporâneas e o sistema mundial em geral estão a passar por processos de transformação social muito rápidos e muito profundos que põem definitivamente em causa as teorias e os conceitos, os modelos e as soluções anteriormente considerados eficazes para diagnosticar e resolver as crises sociais. A pobreza extrema de uma parte significativa e crescente da população mundial, o agravamento aparentemente irreversível das desigualdades sociais em virtualmente todos os países, a degradação ambiental e a ausência de soluções credíveis para qualquer destes problemas, levam-no a pensar que o que está verdadeiramente em crise é o modelo civilizacional no seu todo, isto é, o paradigma da modernidade”.

⁷ BOBBIO (1997, p. 15) explicita que na teoria jusnaturalista “o poder do Estado tem um limite ‘externo’: que decorre do fato de que, além do direito proposto pela vontade do príncipe (direito positivo), existe um direito que não é proposto por vontade alguma, mas pertence ao indivíduo, a todos os indivíduos, independentemente da participação desta ou daquela comunidade política. Estes direitos são os ‘direitos naturais’ que, preexistindo ao Estado, dele não dependeu, e, não dependendo do Estado, o Estado tem o dever de reconhecê-los e garanti-los integralmente. Os direitos naturais constituem, assim, um limite ao poder do Estado, pelo fato de que o Estado deve reconhecê-lo, não pode violá-los, pelo contrário, deve assegurar ao cidadão o seu livre exercício. O Estado que modela segundo o reconhecimento dos direitos naturais individuais é o ‘Estado liberal’, no sentido originário da palavra”.

independentemente do Estado [...] partira da hipótese de um estado de natureza onde os direitos do homem são poucos e essenciais: o direito à vida e à sobrevivência, que inclui também o direito à propriedade; e o direito à liberdade, que compreende algumas liberdades essencialmente negativas.

- Perpassando os direitos de primeira, segunda, terceira e quarta gerações⁸, para apreender as insuficiências do direito em lidar com os desapontamentos das buscas humanas, no decorrer dos séculos, aliadas à onipresença da descartabilidade dos seres humanos (LAFER, 1988).

Todavia, há que se pensar sobre os fundamentos histórico-filosóficos que geraram desníveis sociais e vêm sendo acentuados de forma vertiginosa, estabelecendo um confronto com os ordenamentos jurídicos, incompreensíveis no mundo contemporâneo e escapando, tal como o totalitarismo, “[...] ao bom senso de qualquer critério razoável de justiça” (LAFER, 1988, p. 112).

Crê-se que somente por este pensar é que se poderá atingir o conhecer. Para Hannah Arendt, citada por LAFER (1988, p. 87): “O pensar tem como finalidade a busca do significado e é um atributo da razão. O conhecer tem a verdade como objetivo”.

LAFER (1988, p. 88) evidencia a importância dessa distinção dicotômica entre o pensar e o conhecer arendtiano para o Direito, pois

Conhecer normas sem pensar sobre elas pode ser uma atitude de bom senso no ensino e na prática do Direito, mas pode igualmente gerar perigosas conseqüências (sic). Com efeito, o pensar surge diante de uma dificuldade que suscita um prévio questionamento antes de uma tomada de decisão. Daí a expressão: parar para

⁸ LAFER (1988, p. 129) esclarece que os direitos de primeira geração ansiaram “[...] limitar poderes do Estado, demarcando com nitidez a fronteira entre Estado e Sociedade”. No tocante aos direitos de segunda geração, estes reclamaram a “[...] ampliação dos poderes do Estado [...] o primeiro caso, a iniciativa cabe aos indivíduos e o papel do Estado é de polícia administrativa, por parte do Executivo, de controle pelo Judiciário das lesões individuais, tudo em conformidade com as leis elaboradas pelo legislativo, no termo e nos limites estabelecidos pela Constituição. No segundo caso, o atendimento dos direitos depende do Estado, requerendo que o Direito desempenhe uma função de promoção dos indivíduos na sociedade através da ampliação dos serviços públicos”, LAFER (1988, p. 131) aponta, “no processo de asserção histórica dos direitos humanos, aquele que, na linguagem da ONU, têm sido contemporaneamente denominados direitos de terceira e até mesmo de quarta geração e que, como a duas gerações anteriores, têm servido como ponto de apoio para as reivindicações jurídicas dos desprivilegiados. Estes direitos têm como titular não o indivíduo na sua singularidade, mas, sim, grupos humanos como a família, o povo, a nação, coletividades regionais ou étnicas e a própria humanidade. É o caso por excelência do direito à autodeterminação dos povos, expresso na Carta das Nações Unidas (art. 1º, §2º, art. 55), e reivindicado com muita nitidez na prática da ONU em relação às potências colonialistas no processo de descolonização a partir da Resolução 1514 (XV) da Assembléia Geral de dezembro de 1960”.

pensar. Não pensar protege as pessoas dos riscos do exame crítico e da dúvida.

Na intenção de praticar o exame crítico e a dúvida, observa-se que os exercícios dos direitos é o pressuposto para que o indivíduo seja considerado cidadão. Entretanto, esse consenso universal, que configurou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1988), esbarra, justamente, nisto: em apenas tratar dos fundamentos, ou melhor, legitimar os fundamentos, mas não garanti-los. Daí a pertinência de correr os riscos do exame crítico e da dúvida:

- A afirmação dos direitos pressupõe garantias - procedimentos inovadores que deveriam constituir núcleos a serem perseguidos pelas Constituições dos Estados Democráticos Modernos -, mas, no entanto, há pouca preocupação em privilegiá-las, dado o desinteresse dos poderes responsáveis pelas decisões.
- A ineficácia das garantias dos direitos humanos - que gera a onipresença de excluídos e já se tornou uma prática comum no mundo contemporâneo e, por isso mesmo, não causa mais estranheza - encontra seu sustentáculo na ausência de vontade política em tutelar os direitos proclamados, bem como, na individualização da sociedade moderna, fere princípios constitucionais: igualdade, justiça, solidariedade, dignidade da pessoa humana, pluralismo político, enfim, o direito de o ser humano participar do espaço público como cidadão.
- Estes direitos consistem nos pontos norteadores que consolidam os fundamentos das constituições democráticas modernas, mas percebe-se que não passam de positivizações jurídicas sem o conteúdo das ações.
- Como compreender a cidadania que vem sendo esculpida ao longo da tradição histórica ocidental - em nome da democracia e da tão idealizada “paz perpétua”⁹ -, diante de tantas exclusões, diferenças sociais e individualismo tão selvagens?

Celso Lafer captou de maneira singular, no seu diálogo com o pensamento de Hannah Arendt - numa interação entre Teoria Política e Filosofia do Direito -, a relevância de se exercer a cidadania, pois é esse exercício que permite tanto o ingresso ao espaço público como o reconhecimento de direitos de igualdade e dignidade humanas.

Não pretende esta discussão elencar uma série de frustrantes desacertos e

⁹ De acordo com Bobbio (1992, p. 1), a “paz perpétua”, no sentido kantiano, significa que “[...] o processo de democratização do sistema internacional [...] não pode avançar sem uma gradativa ampliação do reconhecimento e da proteção do direito do homem, acima de cada Estado”.

experimentos que persistem inaceitáveis, mas, prioritariamente, observar, com LAFER (1988, p. 8), “[...] as condições de possibilidade da afirmação dos direitos humanos num mundo onde os homens não se sentem em casa e à vontade, correndo o risco de descartabilidade”. Acredita-se, como bem explicita BOBBIO (1992, p. 1), que

[...] a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo.

Em razão disso, recorre-se à cinquentenária Declaração Universal dos Direitos Humanos (1998) que não só ampliou os direitos fundamentais do homem, mas, especialmente, reconheceu-o, consoante LAFER (1988, p. 123), como “[...] fonte da lei”.

Apesar de a admissão dos direitos humanos serem um dos marcos do mundo moderno¹⁰, pois constituem-se como pilares das constituições democráticas modernas, indaga-se se os esforços empreendidos para este delineamento a culminar, conseqüentemente, com o Estado Democrático de Direito, permitiram realmente ao homem o exercício de direitos e valores como liberdade, igualdade, ética, solidariedade, justiça e cidadania. Adverte, neste sentido, BOBBIO (1992, p. 24) que

[...] o mais forte argumento adotado pelos reacionários de todos os países contra os direitos do homem, particularmente contra os direitos sociais, não é a sua falta de fundamento, mas a sua inexecutabilidade [...]. O problema fundamental em relação aos direitos do homem não é tanto o de ‘justificá-los’, mas o de ‘protegê-los’. Trata-se de um problema, não filosófico, mas político.

Percebe-se, porém, com base nessas ponderações, o não exercício dos direitos humanos que configuram a cidadania, uma vez que no pensamento de

¹⁰ Para LAFER (1988, p. 38), “Direitos inatos, estado de natureza e contrato social foram os conceitos que, embora utilizados com acepções variadas, permitiram a elaboração de uma doutrina do Direito e do Estado com base na concepção individualista de sociedade e da história, que marca o aparecimento do ‘mundo moderno’. São estes conceitos os que caracterizam o jusnaturalismo dos séculos XVII e XVIII, que encontrou o seu apogeu na Ilustração. Com efeito, na tradição ocidental, a maioria do Estado Moderno é representada pela Revolução Francesa, que levou às últimas conseqüências (sic) o princípio do primado do Direito declarado pelo Estado, pois o Direito Positivo deixa de ser a enunciação do poder pessoal do rei e converte-se na expressão de universalidade da decisão de um povo [...] Como observa Miguel Reale, com a Revolução Francesa o poder se de personaliza: ‘passa a ser da ação, antes de ser concebido juridicamente como poder do Estado’.

Hannah Arendt, no diálogo estabelecido com ela por LAFER (1988, p. 22),

[...] cidadania é o direito a ter direitos, pois a igualdade em dignidade e direitos dos seres humanos não é um dado. É um construído da convivência coletiva, que requer o acesso ao espaço público que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos.

Existe um espaço muito grande entre o direito consagrado e o direito exercido, já que, segundo BOBBIO (1992, p. 8-9), a afirmação do direito “[...] precede temporalmente a do dever”, isto porque “[...] não há direito sem obrigação”.

A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos carecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido. (BOBBIO, 1992, p. 10).

Se com Hannah Arendt a cidadania é o “direito a ter direitos” e se com Bobbio “não há direito sem obrigação”, como compreender a exclusão social instalada no mundo contemporâneo, mesmo após a repulsa à reincidência da instalação de novos Estados Totalitários?

LAFER (1988, p. 112), na sua interpretação do pensamento de Hannah Arendt, evidencia que o totalitarismo de Hitler põe em questão os conceitos e as categorias elaboradas pelo paradigma da Filosofia do Direito com base numa interação entre o pensar e o conhecer, apoiada na tradição da *lógica do razoável*.

Observa-se, assim, por intermédio do autor, que o totalitarismo de Hitler escapou, definitivamente, à lógica do razoável por haver tornado os indivíduos supérfluos, descartáveis pela via dos campos de concentração. Por mais paradoxal que possa parecer, a situação real que desencadeou a necessidade de elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos - reconhecido pelos Estados - Membros das Nações Unidas para impedir a repetição daquela situação-limite - persiste ainda nos dias de hoje.

No mundo contemporâneo, caracterizado pelo desemprego crônico, pela automação, pela superpopulação e pelo risco onipresente da guerra nuclear, não há como não concordar com Hannah Arendt quando ela afirma: os acontecimentos políticos, sociais e econômicos de toda parte conspiram silenciosamente com os

instrumentos totalitários inventados para tornar os homens supérfluos (LAFER 1988, p. 113).

É importante ponderar com REALE (1993, p. 544) que

[...] o espírito humano, em suma, para realizar-se como valor originário [...] dá vida a realidades valiosas põe e legitima o dever de realizá-las, no conjunto e seqüência (sic) do processo histórico, assim como fornece os meios adequados à sua compreensão.

Pode-se inferir que daí se origina o seguinte questionamento de LAFER (1988, p. 113): “[...] como conciliar a pessoa humana como ‘valor-fonte’¹¹ legitimador dos ordenamentos jurídicos, segundo a tradição, com o risco permanente de sua descartabilidade?”

Convergir o alvo deste estudo para o tema da cidadania implica, portanto, deter-se diante da dimensão do indivíduo como valor-fonte, reconhecendo, com GUIMARÃES (1997, p. 86), que os “[...] Direitos Humanos são ou deveriam ser o suporte legal, moral, ético de qualquer Estado/Nação que quer ser chamado de democrático, e por isso não deveriam existir diferenciações legais ou estruturais entre cidadãos que habitam seu território”.

Fruto da análise do perfil do século XX, a obra de HOBBSBAWN (1997, p. 11), com o título de *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, traz a seguinte assertiva do filósofo inglês Isaiah Berlin: “Vivi a maior parte do século XX, devo acrescentar que não sofri privações pessoais. Lembro-o apenas como o século mais terrível da história”. Esta afirmação enseja a premência de se repensar uma nova perspectiva para o século XXI que não os horrores vivenciados pelo século XX. Urge, então, para a modernidade, redefinir as questões que lhe estão sendo postas, a fim de empreender um novo compromisso com a sociedade. Comprometer-se significa ser solidário.

¹¹ Lafer (1988) se utiliza da expressão “valor-forte” que REALE (1993, p. 211) centraliza, numa compreensão axiológica, na “[...] idéia do homem como ente que, a um só tempo, ‘é’ e ‘deve ser’, tendo consciência dessa dignidade. É dessa autoconsciência que nasce a idéia de ‘pessoa’, segundo a qual não se é homem pelo mero fato de existir, mas pelo significado ou sentido da existência”. À luz, ainda, das observações de REALE (1993, p. 210), “O homem é o valor fundamental, algo que vale por si mesmo, identificando-se seu ser com a sua vida. De todos os seres, só o homem é capaz de valores, e as ciências do homem são inseparáveis de estimativas.”

Como observa FREIRE (1979, p. 19), “[...] o verdadeiro compromisso é a solidariedade, e não a solidariedade com os que negam o compromisso solidário, mas com aquele que, na situação concreta, se encontram convertidos em ‘coisa’.

Da concepção supracitada, decorre que as práticas sociais, sem o conteúdo do compromisso solidário, reduzem as comunidades políticas e governamentais, bem como aqueles que deveriam exercer uma co-responsabilidade nos projetos de mudanças sociais - como as classes privilegiadas economicamente, por exemplo - somente às práticas no âmbito do discurso, contrariando, conseqüentemente, a afirmação de FREIRE (1979, p. 17), de que “[...] ação e reflexão, como constituintes inseparáveis da práxis, são a maneira humana de existir”. Em outras palavras, é este o pensamento de Hannah Arendt ao sustentar, segundo LAFER (1988, p. 153), que “[...] os direitos humanos [...] resultam da ação”.

A contemporaneidade invoca todos a uma reflexão conjunta, com o propósito de superar a lacuna existente entre a palavra e a ação. Neste sentido, para LAFER (1972, p. 22):

[...] as instituições políticas, ainda que tenham sido superiormente elaboradas, não têm existência independente. Estão sujeitas e dependem de outros e sucessivos atos para subsistirem, pois o Estado não é um produto do pensamento, mas sim da ação. Ação que exige a vida pública, para que a possível coincidência entre palavra viva e palavra vivida possa surgir e assegurar a sobrevivência das instituições através da criatividade.

Ação que possibilita a vida pública e que, no sentido de Celso Lafer significa atividade no seu exercício contínuo, suscita a preocupação expressa por DELORS (1999, p. 54), ao expor que é preciso recriar o ideal, oferecendo-lhe nova vida. Para o autor, isso deve

[...] estar na primeira linha das nossas prioridades, pois não há outro modo de organização, quer política, quer civil, que possa pretender substituir-se à democracia, e que permita levar a bom termo uma ação comum pela liberdade, a paz, o pluralismo vivido com autenticidade e justiça social. As dificuldades presentes não nos devem desanimar, nem constituir desculpa para nos afastarmos do caminho que leva à democracia. Trata-se de uma criação contínua, que apela à colaboração de todos.

Esclarece-se, no entanto, que esse ideal democrático a ser atingido por intermédio da criação contínua mediante a participação de todos, só poderá concretizar-se por meio da ação. Quanto a esta questão, BOBBIO (1992, p. 83) adverte:

Uma coisa é um direito, outra, a promessa de um direito futuro. Uma coisa é um direito atual; outra um direito potencial. Uma coisa é ter um direito que é, enquanto reconhecido e protegido; outra é ter um direito que deve ser¹², mas que, para ser, ou para que passe do dever ser ao ser, precisa transformar-se, de objeto de discussão de uma assembléia de especialistas, em objeto de decisão de um órgão legislativo dotado de poder de coerção.

De fato, na contemporaneidade o ser humano depara-se, cada vez mais, com uma constante intranquilidade diante de variados e persistentes fracassos generalizados, pois direitos e projetos sociais têm-se multiplicado muito, mas as ações, contrariamente, têm convergido por caminhos fugidios e ineficazes. São estas, em outras palavras, as afirmações de BOBBIO (1992, p. 67), ao asseverar que

[...] num discurso geral sobre os direitos do homem [...] deve-se ter em mente, antes de mais nada, que teoria e prática percorrem duas estradas diversas e velocidades muito desiguais. Quero dizer que, nestes últimos anos, falou-se e continua a se falar de direitos do homem, entre eruditos, filósofos, juristas, sociólogos e políticos, muito mais do que se conseguiu fazer até agora para que eles sejam reconhecidos e protegidos efetivamente, ou seja, para transformar aspirações (nobres, mas vagas), exigências (justas, mas débeis), em direitos propriamente ditos (isto é, no sentido em que os juristas falam de 'direito'.

Evidencia-se, dessa forma, que tanto as ideias de Bobbio (1992), acima expostas, como as de Celso Lafer, referências teóricas deste estudo, guardam uma profunda identidade com as preocupações que têm suscitado o entendimento de

¹² Para REALE (1993, p. 187-8), "O seu 'ser' é o 'valer'. Da mesma forma que dizemos que 'ser é o que é' temos que dizer que o 'valor é o que vale': Por que isto? Porque 'ser' e 'valer' são duas categorias fundamentais, duas posições primordiais do espírito perante a realidade. Ou vemos a coisas enquanto elas 'são', ou as vemos enquanto 'valem', e, porque valem, 'devem ser'. Não existe terceira posição equivalente. Todas as demais colocações possíveis são redutíveis àquelas duas, ou por elas se ordenam. Quando dizemos, por exemplo, que as coisas 'evoluem', o 'evoluir' não é senão um desdobramento ou modalidade de 'ser': é o ser se desenrolando no tempo. Costumamos dizer, recorrendo à metáfora, que 'ser' e 'dever ser' são como que olho esquerdo e olho direito que, em conjunto, nos permitem 'ver' a realidade, discriminando-a em suas regiões e estruturas, explicáveis segundo dois princípios fundamentais, que são o de 'causalidade' e o de 'finalidade'."

que “[...] no mundo contemporâneo continuam a persistir situações sociais, políticas e econômicas que contribuem para tornar os homens supérfluos e, portanto, sem lugar no mundo” (LAFER, 1988, p. 118).

Enfim, com fundamentação em DELORS (1999, p. 195), e tentando, simultaneamente, referendar as ponderações de Lafer e concluir a presente reflexão, pode-se dizer que

[...] a mundialização das atividades, traço característico da nossa época, põe em relevo [...] a amplitude, a urgência e a imbricação dos problemas a serem enfrentados pela comunidade internacional. O rápido crescimento demográfico, o esbanjamento dos recursos naturais e a degradação do meio ambiente, a pobreza persistente de grande parte da humanidade, a opressão, a injustiça e a violência de que padecem ainda milhões de pessoas, exigem ações corretivas de grande envergadura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, H. **A condição humana**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1992.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Brasília, 1998.

DELORS, J. (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC, UNESCO, 1999.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GUIMARÃES, P. W. **A desafiante realidade brasileira e a construção de alternativas viáveis para a vivência da cidadania**. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 1997.

HOBSBAWN, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

LAFER, C. Da dignidade da política: sobre Hannah Arendt. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 9-27.

_____. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de

Hannah Arendt. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

REALE, M. **Filosofia do direito**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SCAREL, Estelamaris Brant. Cidadania: do espaço do discurso ao espaço da ação como exercício dos direitos humanos. **Revista Estudos Humanidades**. Goiânia: UCG, v. 28, n. 5, set./out., 2001. p. 975-988.

6. MONOGRAFIAS

A elaboração de trabalhos monográficos, na prática, é solicitada como exigência final para a conclusão de cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento, especialização ou pós-graduação *lato sensu*. Pode-se afirmar que a finalidade dessa solicitação tem o propósito de preparar o futuro profissional para o exercício da prática da pesquisa, bem como fazer uma revisão daquilo que foi estudado durante o curso.

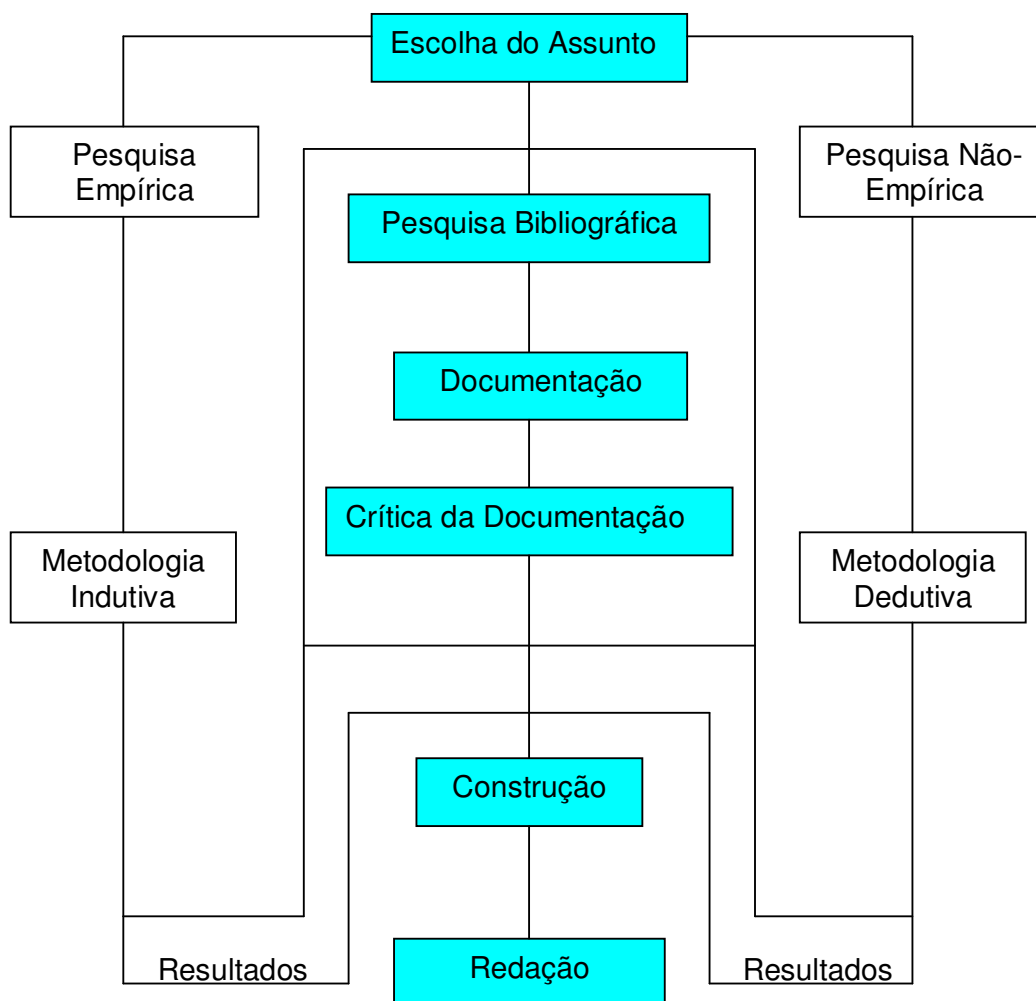
Conforme Hühne (2000), do ponto de vista etimológico o termo monografia, “[...] forma-se do grego *mónos* (um só) e *graphein* (escrever). Deste modo, é comum definir-se monografia como o estudo por escrito de um só tema exaustivamente estudado e bem delimitado”. Com isso, espera-se que o aluno, ao desenvolver um trabalho monográfico, demonstre os conhecimentos adquiridos e promova a inter-relação dos assuntos abordados, tratando o tema de forma contextualizada e abrangente.

Não se exige em trabalhos monográficos nos cursos de graduação temas inéditos, pois “[...] é esperado que as monografias sejam mais simples, mais genéricas e menos profundas e especializadas do que as dissertações de mestrado e teses de doutorado” (HUBNER, 1998, p. 19). Nesse sentido, busca-se apenas a produção de um texto científico, fundamentado teoricamente em autores que tratam do assunto escolhido, mediante uma pesquisa bibliográfica. Além disso, é exigido rigor científico, coerência na apresentação das ideias e a utilização das normas técnicas para apresentação de trabalhos acadêmicos.

Por se tratar de uma atividade que objetiva o exercício da pesquisa e a preparação para que o aluno possa produzir, futuramente, trabalhos com nível de profundidade maior, *recomenda-se que a monografia seja eminentemente teórica e que não envolva pesquisas de campo e de laboratório*. Essas exigem tempo, domínio de técnicas para elaboração das categorias de análise, bem como o rigor para a leitura das informações e dados coletados, para que sejam evitadas falsas interpretações. Sendo assim, “[...] o requisito mínimo é que a monografia aborde com precisão, clareza e encadeamento lógico um tema de relevância social e científica” (HUBNER, 1998, p. 20).

6.1 Etapas básicas para produção de trabalhos monográficos

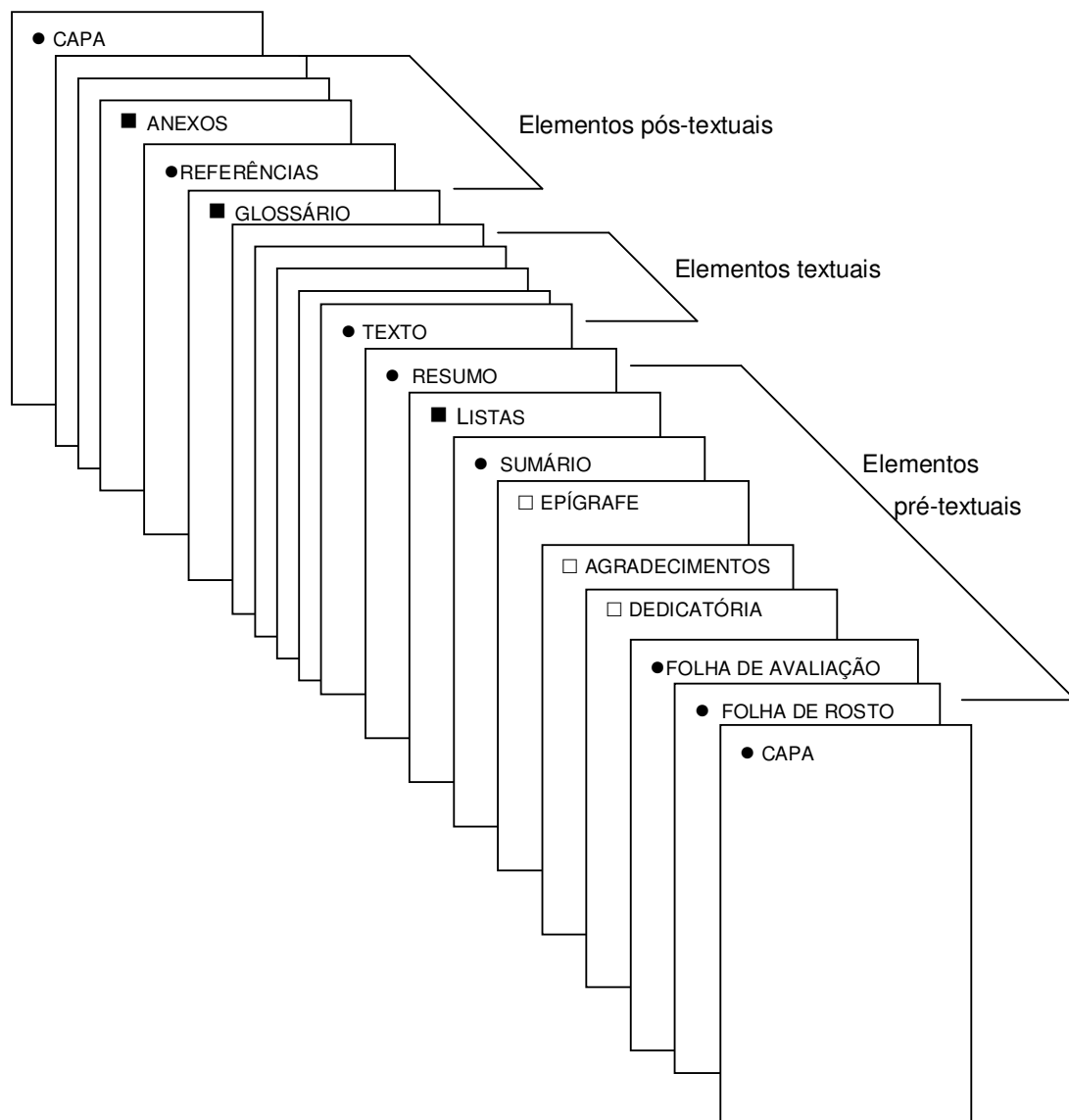
A elaboração e produção de um trabalho monográfico deve ser realizada obedecendo-se uma sequência básica que, grosso modo, são tomadas como etapas de sua construção. Salomon (1979), ao tratar do desenvolvimento de uma monografia, sintetiza as etapas de sua elaboração do seguinte modo:



(Décio Vieira Salomon – *Como Fazer uma Monografia*)

- a) *Escolha do assunto*: é considerada importante, nesta fase inicial, uma vez que direciona todas as atividades que serão desenvolvidas durante a investigação. A escolha do assunto permite uma delimitação provisória do tema, além de indicar o tipo de procedimentos metodológicos a serem adotados e o tipo de bibliografia que será explorada.
- b) *Pesquisa Bibliográfica*: etapa inicial de coleta de dados e busca de informações acerca do assunto escolhido, que é realizada por meio de um levantamento bibliográfico e da seleção de obras pertinentes. Recomenda-se que os autores selecionados estejam circunscritos a uma mesma perspectiva teórica, para que não haja divergências nas afirmações e posicionamentos que serão apresentados no trabalho monográfico.
- c) *Documentação*: Consiste na análise criteriosa do conteúdo das obras selecionadas na fase anterior e na sua documentação por meio de anotações e fichamentos. Essa etapa é importante porque permite ao pesquisador “[...] delinear um plano provisório de trabalho a fim de nortear as leituras e a crítica do material encontrado” (HÜHNE, 2000, p. 251).
- d) *Crítica da documentação*: é a etapa mais importante de uma produção científica, pois o exame criterioso da documentação fundamenta teoricamente todas as afirmações, refutações e considerações que serão apresentadas na monografia. A crítica do material selecionado deve tomar como referencial os critérios de verdade aceitos pela comunidade científica.
- e) *Construção*: é o momento em se seleciona os assuntos pertinentes à discussão que se intenciona empreender. São realizados cortes e acréscimos para que haja unidade na estrutura da monografia. Baseado no estudo e crítica do material selecionado é feita uma revisão no plano inicial e a elaboração definitiva da estrutura do trabalho monográfico (elaboração dos capítulos, assuntos que serão tratados e apresentação das ideias).
- f) *Redação*: Elaboração do texto a ser apresentado, com coesão, coerência e fundamentação teórica. Deve ser observada a linguagem evitando-se o uso de afirmações taxativas, linguagem coloquial, dentre outros. “Trata-se de uma nova redação, abrangente, capaz de revelar a mensagem mediante um fio condutor que une todos os dados coletados” (HÜHNE, 2000, p. 251).

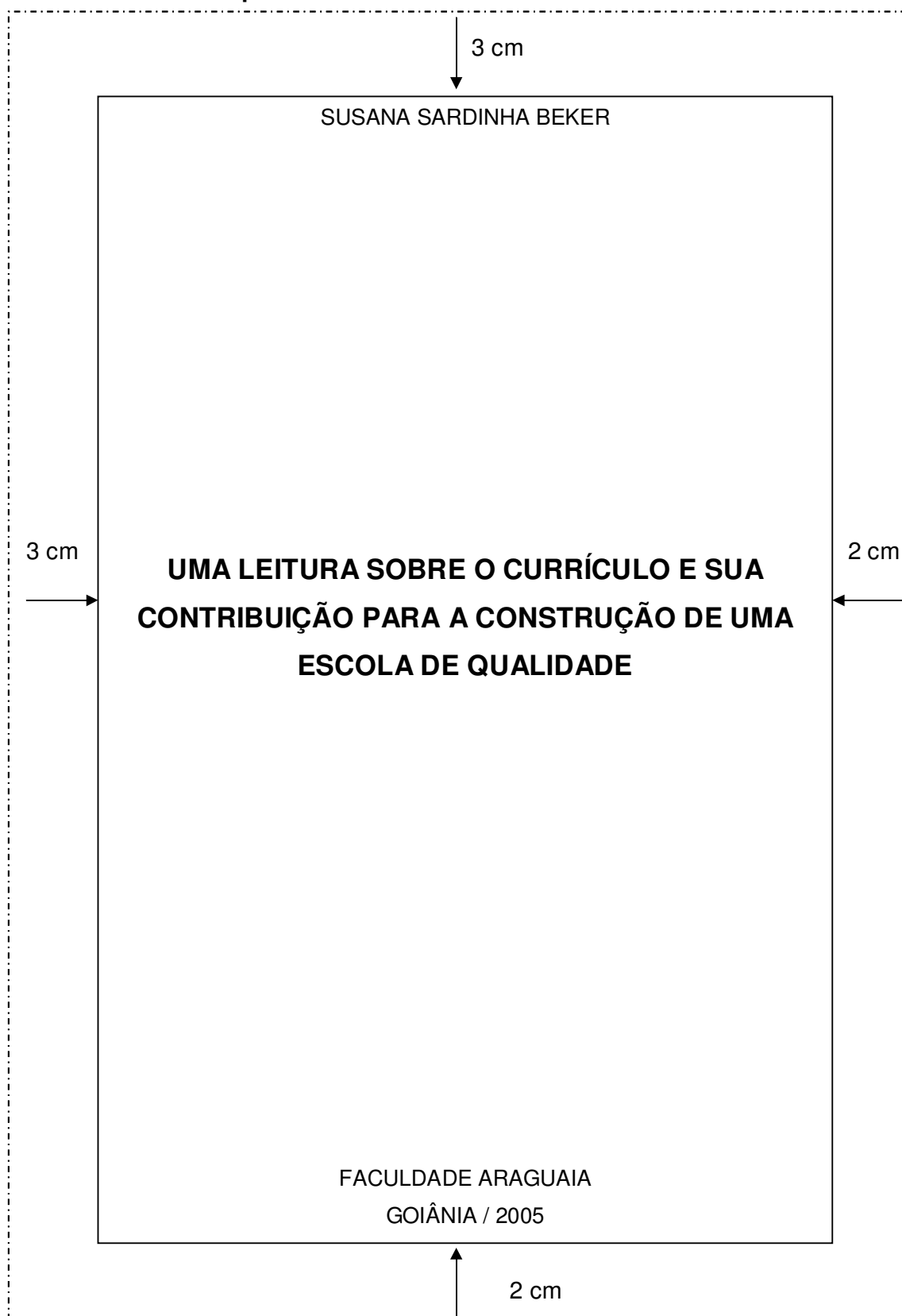
6.2 Estrutura de Monografias



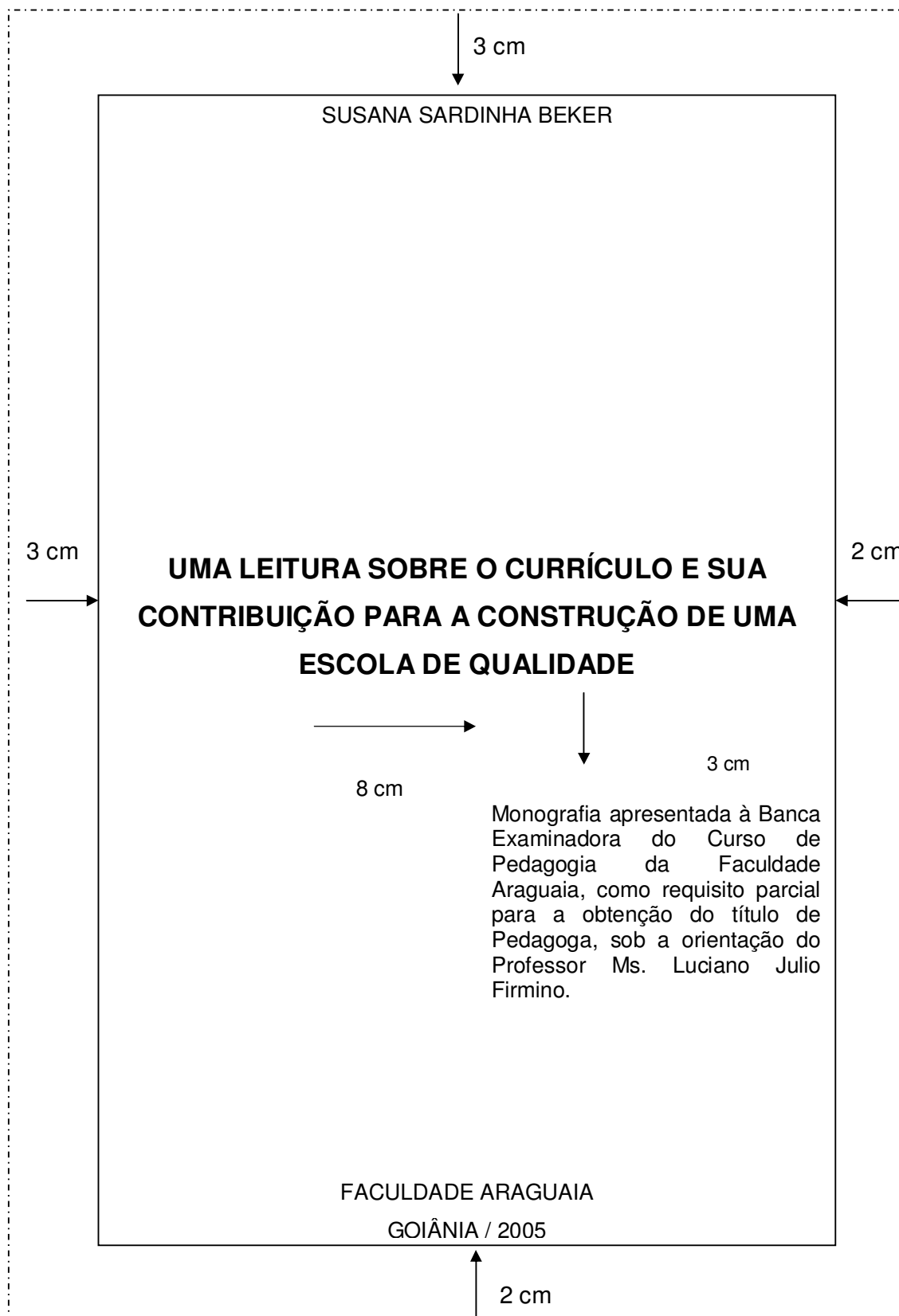
- - Elemento opcional
- - Elemento condicionado à necessidade
- - Elemento obrigatório

(Universidade Federal do Paraná – Normas para apresentação de trabalhos monográficos)

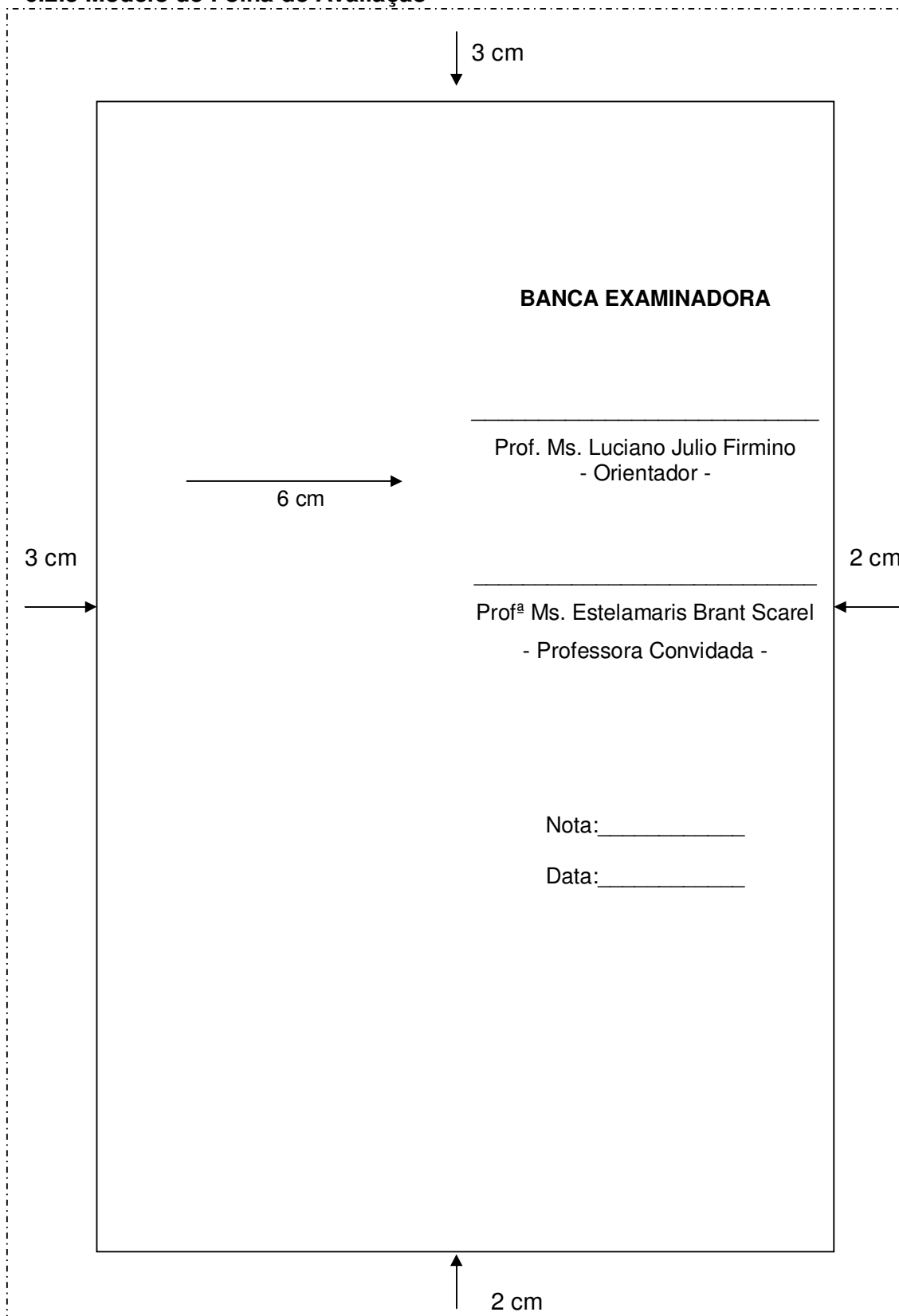
6.2.1 Modelo de Capa



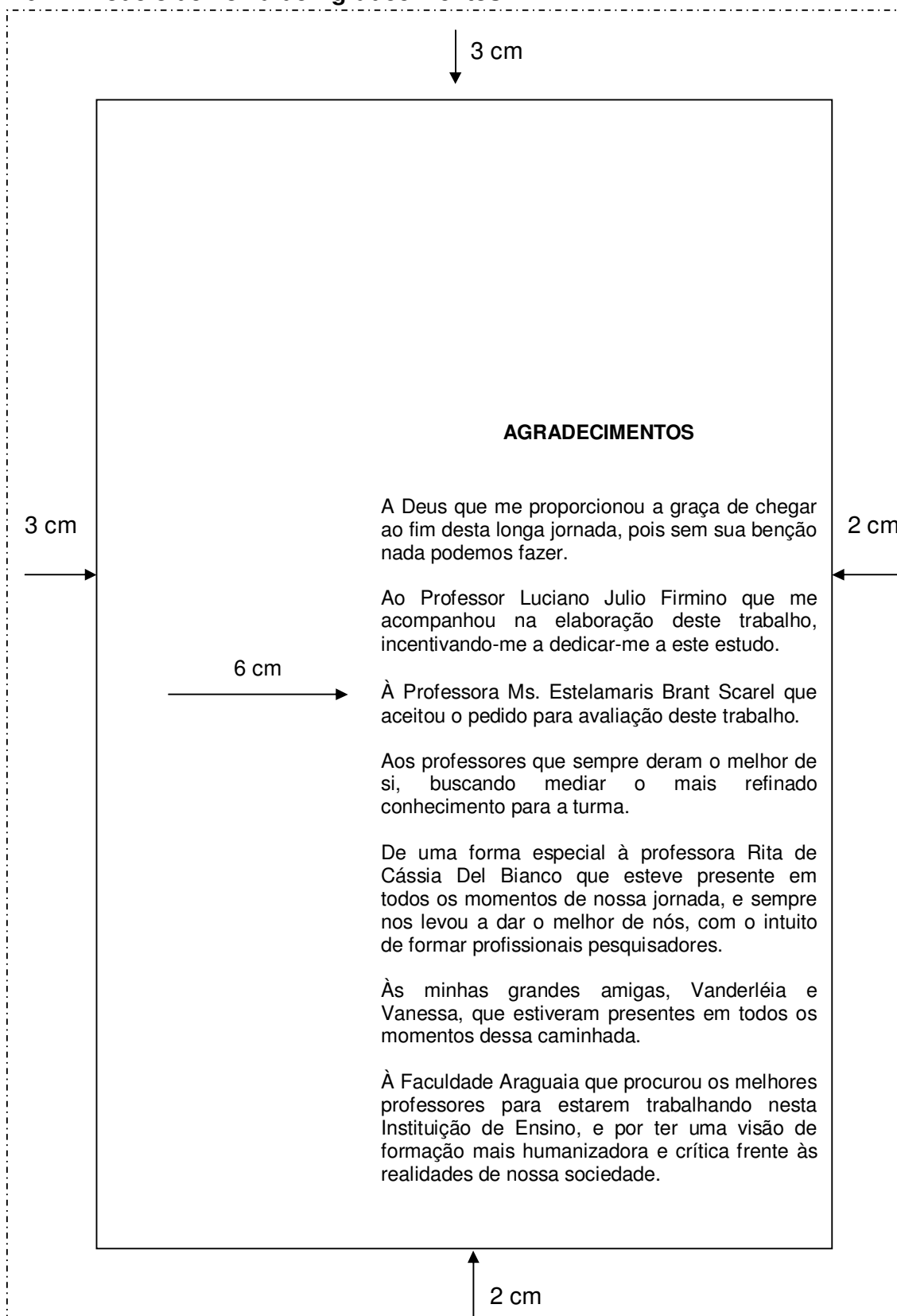
6.2.2 Modelo de Folha de Rosto



6.2.3 Modelo de Folha de Avaliação



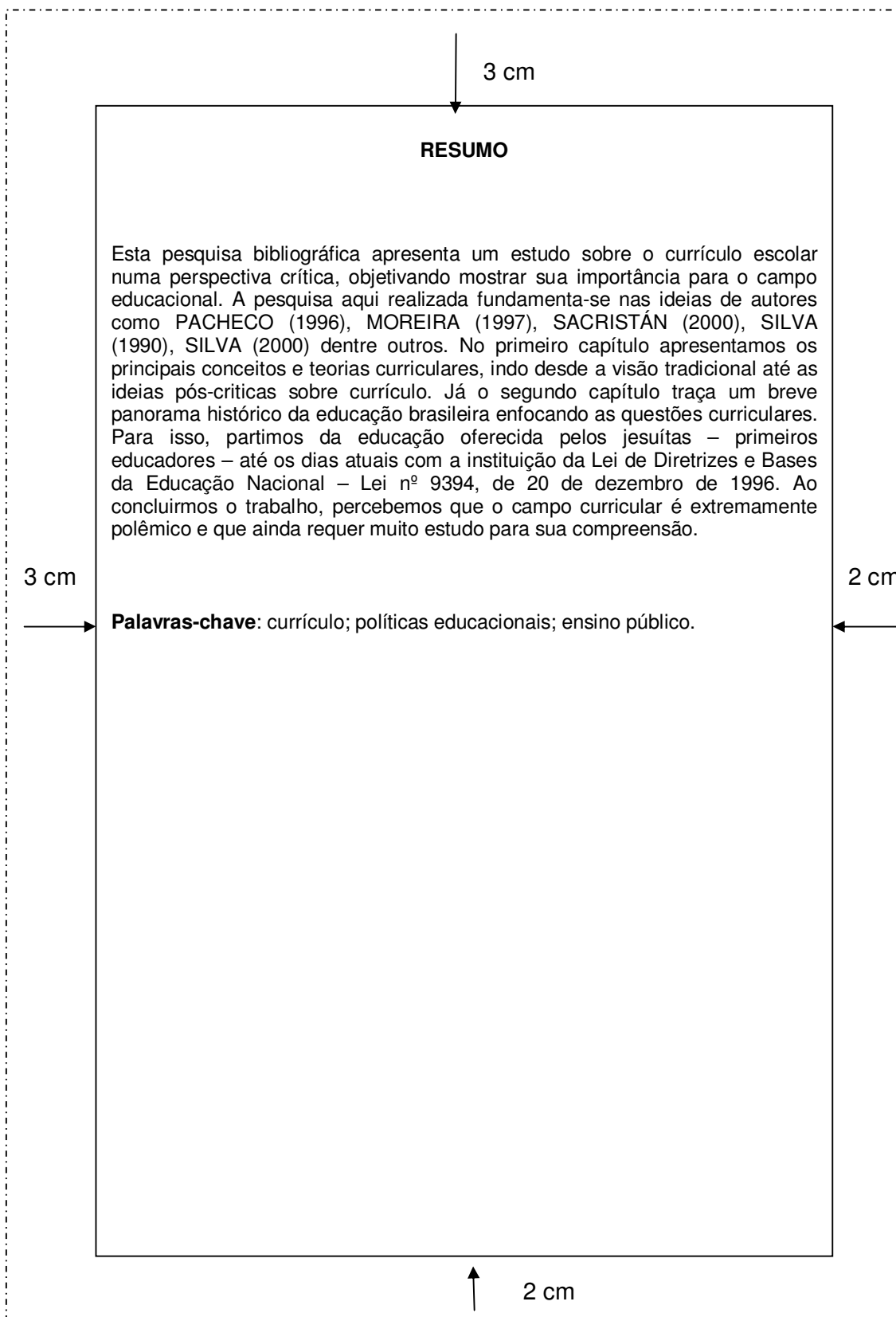
6.2.4 Modelo de Folha de Agradecimentos



6.2.5 Modelo de Sumário

SUMÁRIO	
RESUMO	08
INTRODUÇÃO	09
	06
CAPÍTULO 1	
1. QUADRO DE REFERÊNCIA TEÓRICA	12
1.1 Conceitos e teorias curriculares	12
1.2 Conceitualização e teorização curricular	12
CAPÍTULO 2	
2. BREVE PANORAMA DA EVOLUÇÃO CURRICULAR NO BRASIL ..	20
2.1 Brasil colônia e império: descaso e abandono da educação escolar no país	20
2.2 Educação republicana: preocupação com o atendimento dos projetos econômicos brasileiros	24
2.3 A educação brasileira em fins do século XX: novos desafios em meio a um mundo globalizado	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43

6.2.6. Modelo de Folha de Resumo



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

HÜBNER, Maria Martha. **Guia para a elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado**. São Paulo: Pioneira; Mackenzie, 1998.

HÜHNE, Leda Miranda (org.). **Metodologia científica**: Caderno de textos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 2000.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. A escola com que sonhamos é aquela que assegura a todos uma formação cultural e científica para a vida pessoal, profissional e cidadã. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **A escola tem futuro?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LOUREIRO, Walderês Nunes. A ilusão pedagógica. In.: **Educativa**. Goiânia: UCG, v.3, jan./dez., 2000, p. 207-211.

LUCKESI, Cipriano Carlos et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LUFT, Lya. Três destinos femininos. **Revista veja**. São Paulo: Abril, ano 14, n.27, 9 de jul., 2008. p. 22.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de documentos científicos, 4**: referências. Curitiba: UFPR, 2000.

_____. **Normas para apresentação de documentos científicos, 6**: referências. Curitiba: UFPR, 2000.

_____. **Normas para apresentação de documentos científicos, 7:** citações e notas de rodapé. Curitiba: UFPR, 2000.

_____. **Normas para apresentação de documentos científicos, 8:** redação e editoração. Curitiba: UFPR, 2000.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia:** elementos de metodologia do trabalho científico. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

SCAREL, Estelamaris Brant. Cidadania: do espaço do discurso ao espaço da ação como exercício dos direitos humanos. **Revista Estudos Humanidades**. Goiânia: UCG, v. 28, n. 5, set./out., 2001. p. 975-988.

SILVA, Maurício. **O novo acordo ortográfico da língua portuguesa:** o que muda o que não muda. 6. reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

MATERIAL ELABORADO PELOS DOCENTES:

Professora Ms. Estelamaris Brant Scarel: Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Goiás, Docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Goiás, Docente do Curso de Pós-Graduação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP/GO, Coordenadora de Curso da Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás, Docente na Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP e Docente dos Cursos de Graduação da Faculdade Araguaia - FARA.

Professor Ms. Luciano Júlio Firmino: Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Goiás, docente do curso de Pedagogia e cursos de pós-graduação da Faculdade Araguaia

Coordenadora do Curso de Pedagogia

Professora Ms. Rita de Cássia R. Del Bianco
Coordenação do Curso de Pedagogia